



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES Subcomissão Especial RIO + 20		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1125/11	DATA: 11/08/2011
INÍCIO: 09h28min	TÉRMINO: 12h50min	DURAÇÃO: 03h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h21min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TONY GROSS – Representante do Instituto Socioambiental.  
ARON BELINKY – Representante do Instituto Vitae Civilis, que vai falar sobre o tema *Rio+20*.  
PATRÍCIA BONILHA – Assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.  
PEDRO IVO BATISTA – Representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

SUMÁRIO: Acompanhamento e análise dos últimos 20 anos com relação à sustentabilidade abordada na Conferência Rio 92.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
A reunião foi suspensa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Senhoras e senhores, bom dia.

Gostaria de dar início aos nossos trabalhos compondo a Mesa inicial, antes chamando o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado e ex-Governador Eduardo Azeredo, para compor junto comigo esta breve Mesa de abertura. Ato contínuo, gostaria de lhe passar a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Também quero dar um bom dia a todos. O objetivo da Subcomissão Especial Rio+20 é, evidentemente, como o próprio nome diz, acompanhar a realização desse importante evento no Rio de Janeiro.

Nós tivemos, há 20 anos, aquele que foi considerado como um dos encontros mais positivos em termos de propostas e também de presenças internacionais. Mas, infelizmente, as propostas não tiveram a necessária realização. E, nesses 20 anos, nós vamos analisar o que aconteceu nos caminhos da sustentabilidade.

É evidente que muitas coisas avançaram, melhoraram. Existe uma consciência ambiental no País que é reconhecida especialmente pela juventude, que tem hoje já esse ponto bem firme, bem forte. A própria legislação teve avanços significativos, como o ICMS Ecológico em vários Estados; a própria constituição de órgãos ambientais nos Estados, nos Municípios. Tudo isso evoluiu nesses 20 anos. É inegável que isso efetivamente aconteceu.

De maneira que nós precisamos fazer todo um levantamento de quais propostas podemos levar, do ponto de vista parlamentar, ao grupo executivo que acompanha essa preparação, porque, evidentemente, toda essa parte anterior é que leva as propostas que vão ser discutidas pelos representantes dos países — Presidentes, Primeiros-Ministros e autoridades da área ambiental que aqui virão.

Portanto, o objetivo colocado é este: trocar informações, sugestões, dentro do propósito maior da comissão de Relações Exteriores, que, por sugestão do Deputado Alfredo Sirkis, constituiu esta Subcomissão Especial Rio+20.

Existem outros fóruns nessa mesma linha aqui no Congresso. No próprio Senado Federal existe uma comissão de acompanhamento, e temos também uma



Frente Parlamentar, que ainda ontem também se reuniu, se constituiu. São fóruns diferentes, todos eles com o mesmo objetivo.

De maneira que minhas palavras iniciais são exatamente no sentido de conclamação à participação de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Deputado Eduardo Azeredo.

Eu vejo aqui o Tony Gross, que vai falar conosco daqui a pouco, logo a seguir, e, quando o vejo, eu me lembro do Fórum Global 92 e da Conferência Rio 92 — a Rio+20, evidentemente, se referencia na Conferência Rio 92. A Rio 92 veio 20 anos após a primeira conferência tratando do tema, que gerou o Relatório Brundtland, elaborado após a Conferência de Estocolmo, onde pela primeira vez se tratou desses assuntos.

Em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, aqui, no Brasil, nós vivíamos sob a égide da ditadura militar. Eu estava, na época, exilado — em 1972 estava na Europa, depois, fui para o Chile, para a Argentina e voltei para a Europa correndo. Nesse período, não me recordo exatamente em que ano, o Governo brasileiro inseriu nas principais publicações da Europa e dos Estados Unidos um anúncio cujo mote era o seguinte: *“Venham nos poluir!”*.

Dentro desse anúncio se desenvolvia o raciocínio de que, de fato, no momento em que o mundo começava a se preocupar com questões de natureza bizarra, como poluição e coisas afins, e que restrições começavam a ser impostas a empresas, a indústrias que se instalavam, havia um país em que não havia esse problema absolutamente e que receberia qualquer forma de poluição de braços abertos, porque era um país que se desenvolvia de forma vertiginosa, com crescimento de 11% ao ano etc.; que naquele momento vivenciava o que todos chamavam de “milagre econômico”, “o milagre brasileiro”.

Então, nos anos 70, assim estávamos.

Quando se deu a anistia, em 1979, os exilados regressaram, alguns deles, influenciados pelos movimentos ambientalistas, pelos movimentos “verdes” que, naquele momento, se constituíam na Europa, como é o caso do Fernando Gabeira, Carlos Minc, Liszt Vieira, Juca Ferreira e eu. Nós regressamos ao Brasil, naquele momento, não com a intenção de organizar um partido verde, mas basicamente de



dar um conteúdo político ao movimento ambientalista, que, no Brasil, existia desde meados da década de 70 no sul do País, com lideranças como José Lutzemberger, Magda Renner e outros, e cujo marco fundador, na minha opinião, foi o episódio Carlos Dayrell, em Porto Alegre.

Carlos Dayrell, estudante, mineiro, viu que uma árvore frondosa ia ser cortada pela Prefeitura de Porto Alegre para o alargamento de uma via expressa. Ele subiu na árvore para não deixar que ela fosse cortada. Foi preso, naturalmente, mas a árvore acabou não sendo cortada. Aquilo era algo tão fora do esquadro que ele não foi preso por subversão, nem considerado subversivo. Aquilo era uma coisa completamente fora do esquadro do paradigma de confronto político que existia no anos 70.

Então, quando nós voltamos ao Brasil com essas ideias de criar um movimento ambientalista, começamos, na época, a organizar as assembleias permanentes de meio ambiente estaduais, a começar pela do Rio de Janeiro. Havia, tanto na Direita do tabuleiro político quanto na Esquerda, uma enorme desconfiança em relação a essas ideias. A Direita dizia que éramos inimigos do desenvolvimento econômico; *hippies*, *neohippies* — alguns até fisicamente tinham um pouco essa aparência naquela época. Do ponto de vista da Esquerda, diziam que isso era um elitismo danado; que isso estava muito bem para Holanda, para Suécia, mas no Brasil, um país com tanta fome, miséria, desemprego etc., tínhamos outros problemas mais importantes que tínhamos que resolver primeiro, para, depois, começarmos nos preocupar com esses problemas; que eram problemas típicos de Primeiro Mundo e não de Terceiro Mundo.

Esse tipo de pensamento prevaleceu de uma forma intensa durante a década 80, embora, claro, em 1986, quando fundamos o Partido Verde, outros partidos se sentiram a necessidade de concorrer também e se abrirem um pouco para essas ideias etc., mas eu acho que a Conferência Rio 92, de fato, foi um marco.

Do ponto de vista da sua produção prática, como Conferência das Nações Unidas destinada a elaborar textos de referência legal de alcance planetário, na época podemos até não ter dado o suficiente valor, mas foi um acontecimento absolutamente extraordinário. Quem participou, por exemplo, da reunião de Copenhague, com aquela produtividade abaixo de zero, e se lembra do que foi a



produtividade da Rio 92, que conseguiu elaborar a Agenda 21, as convenções, a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade, sabe que, de fato, nós tivemos ali um efeito prático extraordinário.

Foi um ciclo de conferências que hoje podemos ver até com uma certa saudade, porque cada uma delas tinha começo meio e fim e, no final, produzia alguma coisa, agregava um avanço em termos de legislação internacional em relação a questões ambientais e de sustentabilidade muito diversas. Isso foi, mais ou menos, acontecendo até a Conferência de Kyoto. Depois, a partir dos anos 90, começamos a ter uma sucessão de conferências pouco produtivas, improdutivas e até com riscos de retrocesso, e neste momento estamos.

De qualquer maneira, acho que a produção, vista retrospectivamente — porque, na época, nós não achávamos que fosse assim — hoje, olhando para trás, olhando para a Conferência Rio 92, vemos que ela foi extraordinária do ponto de vista da sua produção; ela foi extraordinária do ponto de vista da sua repercussão planetária, um evento altamente midiático, televisivo, que, de fato, suscitou discussões, comentários e tudo; ela foi fantástica ao projetar a imagem da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, e teve efeitos práticos importantes sobre a política ambiental brasileira.

Só para dar um exemplo local, foi a partir da Conferência de 1992 que, em 1993, a cidade do Rio de Janeiro criou a sua Secretaria de Meio Ambiente, da qual eu fui o primeiro Secretário.

Houve um aspecto que me parece muito importante, que comecei a perceber na época e hoje percebo com mais nitidez: um dos segmentos mais fortemente atingidos do ponto de vista de pensamento pela Conferência Rio 92, de tudo o que aconteceu, foi o segmento empresarial, o qual, nos anos 80, quase todo ele via naquele conjunto de ideias e preocupações os inimigos do desenvolvimento econômico. Naquele momento, esse segmento começou a se abrir e descobrir uma expressão que se consagrou naquela Conferência, que foi “desenvolvimento sustentável”.

Nós, ambientalistas, inicialmente, tivemos um pé atrás, até dois pés atrás em relação a essa expressão, porque nos pareceu que era *business as usual*, com um pouquinho de *marketing* verde em cima. De fato, isso aconteceu em algumas



situações, mas, de fato também, em relação a toda uma série de empresas, uma série de setores da economia, a questão calou muito mais fundo do que simplesmente a necessidade de se fazer o *marketing* verde para mascarar uma atividade poluidora; começou, de fato, a haver uma preocupação com o assunto em si, as empresas começaram a se organizar, a organizar departamentos, a realizar seminários, a realizar *brainstorm* para de fato começar a assimilar o novo mundo que se abria naquele momento. E assim fomos.

Um ingrediente fundamental — e aí volto a me lembrar do Tony Gross —: aquela não foi apenas a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada nos pavilhões do Rio Centro, com a presença — é interessante assinalar — de grandes atores da política internacional. Naquela reunião estiveram presentes George Bush pai, John Major, Fidel Castro e mais toda uma pletera de chefes de Estado, talvez os mais importantes daquele momento. Acho que dos grandes chefes de Estado, salvo engano ou lapso de memória, só o François Mitterrand não estava — se bem que, em 1992, não era mais ele — de resto lá estava a nata dos chefes de Estado no âmbito internacional. Aquilo evidentemente contribuiu para a grande repercussão na mídia, na televisão, nos jornais, na imprensa de todo o mundo.

Paralelo a esse evento ocorreu o Fórum Global 92, realizado no Aterro do Flamengo, em algumas tendas conseguidas na época. Em cada tenda desenvolvia-se uma porção de atividades e as ONGs tomaram conta daquilo. Eu, como Vereador, tive um papel na viabilização do evento porque consegui — o que foi relativamente fácil — convencer o Prefeito Marcelo Alencar a promulgar, o que já foi um pouco mais difícil, uma lei de incentivos fiscais, nos moldes da Lei Rouanet, para projetos ecoculturais.

A negociação, à época com a Secretaria de Fazenda, fez com que essa lei tivesse uma vigência muito efêmera. Foi uma lei que vigeu durante 1 ano apenas, mas ela permitiu que se financiasse em grande parte o Fórum Global 92, um evento extraordinário. Todo mundo que representa — ou representava — algo em meio ambiente em termos internacionais naquela época passou por ali — eu me lembro do Al Gore, enfim, um monte de gente. Foi um grande acontecimento.



Então tivemos uma conferência diplomática extremamente produtiva, um evento midiático muito concorrido, a mobilização muito significativa da sociedade civil, e a reverberação disso tudo ao longo dos anos foi muito significativa.

Acho que a Rio 92 foi um dos grandes momentos desse processo, sem dúvida fantástico para a cidade do Rio de Janeiro. Agora, 20 anos mais tarde, estamos diante de uma conferência que se propõe a ser sucedânea da Rio 92. Vou me aprofundar na discussão sobre a conferência em si mais adiante, mas só queria balizar algumas questões fundamentais.

Em primeiro lugar, a conferência se dá com um temário restrito a dois pontos, que é a economia verde e a governança internacional para temas ambientais e de sustentabilidade; oficialmente não se falará sobre clima, pelo menos na agenda oficial das Nações Unidas; a afluência de chefes de Estado a esta reunião não está claramente definida, quem virá, quem não virá. É claro, por exemplo, segundo me informou a Embaixada dos Estados Unidos, Barack Obama não virá porque ele quer vir em 2014 para a Copa do Mundo. Não se sabe quais outros chefes de Estado virão. Há a hipótese de que o Primeiro-Ministro da China comparecerá à reunião, mas não sabemos, não temos garantida aquela pletera extraordinária e plural de chefes de Estado. E nem os chefes de Estado de hoje são tão midiáticos como eram os daquela época.

Por um lado, temos no horizonte um bloqueio muito grande das negociações em âmbito internacional em torno do tema mais importante que neste momento a humanidade debate: a questão do clima. Tivemos um fracasso, na minha opinião — sei que nem todos pensam assim, mas, na minha opinião, foi um fracasso —, na Conferência de Copenhague, uma elaboração relativa em cima do fracasso em Cancún.

A Conferência de Durban será realizada em dezembro deste ano e nada indica que irá conseguir avançar um milímetro que seja do ponto de vista realmente substantivo. O que é substantivo? É a redução de emissões no nível que os cientistas dizem ser necessário. Então, não há essa perspectiva em Durban, e o final de 2012 é o prazo limite para a morte súbita da primeira fase de implementação do Protocolo de Kyoto, a partir do qual, por exemplo, na ausência de um novo acordo, a



Comunidade Europeia pode se sentir desobrigada em relação às suas metas compulsórias de redução de emissão de gases.

Então, esse, digamos, é o contexto que vamos encarar nessa conferência e, depois, vou querer discutir um pouco a questão dos dois grandes pontos, como a questão do clima incide sobre essa conferência e uma série de questões que vou procurar abordar mais adiante.

Sem mais delonga, gostaria de abrir a primeira Mesa de discussão, que irá tratar justamente do Panorama Histórico do Desenvolvimento Sustentável na ONU.

Gostaria que o Tony Gross, por favor, tomasse assento à mesa. Ele representa o Instituto Socioambiental e vai marrar em detalhes o processo que esbocei em breves pinceladas aqui sobre as Nações Unidas e o advento da Conferência Rio +20. Tony, por favor, aqui à minha esquerda.

**O SR. TONY GROSS** - Srs. Deputados, membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de sua Subcomissão Especial Rio +20, agradeço aos senhores esta honra, esta oportunidade de falar para esta Comissão e para os participantes. Agradeço aos organizadores o convite, ao Instituto Socioambiental, à Fundação Getúlio Vargas e ao Vitae Civilis.

Embora o Deputado Sirkis tenha me apresentado como Coordenador do Fórum Global 92, porque sou Diretor do ISA, do Instituto Socioambiental, devo esclarecer que eu falo também na condição de pesquisador da Universidade das Nações Unidas e de um ex-oficial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA e do Secretariado da Convenção da Biodiversidade, para onde eu parti após o Rio 92.

A tarefa que me deram agora é dar um panorama histórico. Outros palestrantes vão falar mais especificamente sobre a Rio+20 e seus preparativos, sua razão de ser. Então, vou tentar dar um panorama histórico, resumido, para contextualizar a Conferência do ano que vem.

Sabemos que ao longo da sua história a humanidade, através de suas necessidades indígenas, camponesas, reinos, cidades, tiveram códigos internos de uso e conservação dos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência, para seu bem-estar e para evitar conflitos entre usuários desses recursos naturais sobre





o uso de água, pastagens, regras de caça, manutenção de florestas e de fauna e flora etc.

Estou dizendo isso para salientar o fato de que até certo ponto, na nossa história, essas regras e essas negociações eram questões internas a sociedades. E tivemos relatos — tenho a percepção cada vez mais nítida — de que certas sociedades não conseguiram gerenciar seus recursos naturais essenciais para sua sobrevivência e não sobreviveram, por má gestão de seus recursos naturais. Por exemplo, os assentamentos *vikings* na Groenlândia, os habitantes originários da Ilha de Páscoa etc.

E também casos específicos decorrentes do processo de colonização. Por exemplo, a população da Polinésia, que chegou às ilhas que hoje em dia são Nova Zelândia, dizimaram a fauna principal daquelas ilhas, a ponto de não existir mais.

Na colonização europeia, na América do Norte, por exemplo, há vários casos, como o do bisão, que desapareceu, e aqui em casa a questão é o desaparecimento da Mata Atlântida, com a chegada dos europeus no Brasil.

Estou querendo chegar a uma distinção entre problemas ambientais locais, suas origens e sua remediação, e questões ambientais globais. Com o processo de industrialização foram rompidas não somente essas estruturas e regras sociais, mas também se instalou uma visão de que a maneira de uma sociedade atender suas necessidades de promover o bem-estar não dependia mais da preocupação com o uso de recursos naturais.

E aí vemos ene exemplos, todos conhecidos, mas o mais óbvio seria o uso de recursos aquáticos, os rios. Uma comissão de inquérito do Parlamento britânico, em 1866, numa visita a uma região recém-industrializada, no norte do país, com fundições e usinas de tecelagem e minas de carvão, achou as águas de determinado rio tão poluídas, tão pretas, que concluiu que aquela água servia como tinta. E para comprovar isso escreveu parte do seu relatório parlamentar em tinta tirada das águas ou fabricada com as águas daquele rio.

Ao mesmo tempo, tenho relato de outros rios onde as crianças da vizinhança, com brincadeiras — rios tão poluídos e tóxicos —, jogavam fósforos para acender as águas do rio. São exemplos conhecidos e até recentes.



Em 1972, um relatório semelhante, em Tóquio, descreveu condições semelhantes no Rio Sumida, que é um dos principais rios daquela metrópole. Temos exemplos perto de casa: os rios Tietê e Pinheiros, em São Paulo, onde, duas gerações atrás, era costume nadar em suas águas e fazer piquenique às suas margens.

Esses exemplos são conhecidos e são decorrentes de ações de ordem nacional, local, e sua remediação é local também. Um exemplo clássico é a despoluição do Rio Tâmisa, em Londres, no sul da Inglaterra, após a Segunda Guerra, que passou de ser um rio morto para um rio viscoso, onde era possível, mais uma vez, a abstração de água para beber.

Nessa época nem todos os problemas eram estritamente nacionais. No final do século XIX e início do século XX, temos o início de acordos, de tratados entre países soberanos sobre o uso compartilhado de recursos naturais ou a prevenção de sua deterioração.

Há exemplos iniciais na virada do século XIX para o século XX: o acordo entre os países vizinhos sobre a gestão do Rio Reno, na Europa; o acordo entre os Estados Unidos e o Canadá sobre a preservação de espécies de aves migratórias entre os dois países. Em 1900, houve a primeira convenção multilateral ambiental, para a preservação de animais, aves e peixes na África, assinada pelos poderes coloniais europeus, que, inclusive, tentava proibir a exportação de marfim e a caça de elefantes.

Ao longo do século XX se vê, cada vez mais, esse tipo de negociação entre países. Um dos primeiros exemplos é aqui nessa região, em 1940: a Convenção sobre a Proteção da Natureza e a Preservação da Vida Silvestre no Hemisfério Ocidental, a chamada Convenção de Washington, onde as partes contratantes se obrigaram a criar áreas para proteger e manter em seus *habitats* populações representativas de todas as espécies de sua fauna e flora nativas.

Na época pós-guerra, ou seja, a partir dos anos 50, o cenário mudou. Primeiro, foi criada a Organizações das Nações Unidas, com mandato de ser o fórum para a discussão de toda e qualquer questão intergovernamental. O que se vê no período pós-guerra é a incorporação pelas Nações Unidas de questões ambientais, principalmente porque nessa época cresceu a percepção de que havia



uma série de problemas ambientais que não eram passíveis de serem solucionados em escala nacional ou regional e que os efeitos das atividades que causam esses problemas ambientais eram globais.

Trata-se de poluição atmosférica, poluição dos mares e oceanos, chuva ácida, transporte aéreo de partículas químicas nocivas à saúde humana, oriundas de processos industriais. Não é possível um único país ou um grupo de países vizinhos, por si só, resolverem, mitigarem os impactos desses problemas.

Tem-se nos anos 50 e especialmente nos anos 60 um processo paralelo, principalmente, para começar, mas não exclusivamente nos países desenvolvidos, o crescimento da preocupação entre a sociedade civil e a criação de órgãos e movimentos ambientais e uma preocupação governamental.

Um bom exemplo é a questão da chuva ácida se espalhando pela Europa, por causa de atividades industriais em alguns países, Alemanha, Inglaterra etc., que danificou florestas na Escandinávia, na Alemanha e no Leste Europeu.

Em 1969, foi proposta uma conferência da ONU sobre meio ambiente. A proposta veio da Suécia, um dos países especialmente afetados por esses fenômenos, especialmente pela chuva ácida. A ONU acatou a proposta. Entre 1970 e 1972, houve todo o processo preparatório para a conferência de 1972 em Estocolmo, o que o Deputado Sirkis descreveu.

O revelador, revendo os preparativos e as conclusões da conferência de 1972 em Estocolmo, é a modernidade do tratamento e das conclusões. A produção da conferência era a Declaração de Estocolmo, com 26 princípios, o plano de ação para o ambiente humano, a criação de um programa das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA, e a criação de um fundo ambiental no âmbito do PNUMA.

Entretanto, como o Deputado Sirkis descreveu, o ambiente dessa conferência tinha muito o caráter de embate entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Países latino-americanos, inclusive o Brasil, argumentaram que a poluição e a degradação ambiental eram facetas necessárias do processo de industrialização, para atender às aspirações e às necessidades sociais. Até um país africano, Costa do Marfim, se não me engano, declarou que gostaria de ser muito poluído se essa poluição fosse oriunda de um processo de industrialização.



Mesmo com essas tensões, chegou-se a um bom termo. Os 26 princípios da Declaração de Estocolmo criaram as bases da discussão internacional até agora, porque, entre seus princípios, há o de que o planejamento econômico e o processo de desenvolvimento econômico de países têm de estar atentos aos impactos ambientais, têm de incorporar questões ambientais em seu planejamento. Outro princípio diz que o planejamento e as atividades de hoje não podem ter impacto negativo sobre as perspectivas de gerações futuras. São princípios que vemos repetidos na Conferência de 1992 e em todo discurso global de desenvolvimento sustentável até agora.

Em 1983, houve o intuito de demonstrar que a questão não era simplesmente ambiental, mas de proporcionar bem-estar, desenvolvimento econômico, erradicação de desigualdades etc. no plano global, o essencial era mais do que estar atento às questões ambientais.

Em 1982, a ONU criou sua comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, a chamada Comissão Brundtland, que se reuniu entre 1983 e 1987, fez várias visitas de campo, inclusive ao Brasil, em São Paulo, no início de 1987. Falando internamente, foi um impulso ao crescimento do conceito de socioambientalismo.

Pela primeira vez, representantes de comunidades indígenas, comunidades extrativistas e comunidades de base brasileiras tiveram acesso e puderam informar o processo intergovernamental sobre seus pontos de vista, suas necessidades e seu dia a dia nesse processo, como foi dito, de industrialização intensiva do Brasil.

Em 1987, a comissão lança seu relatório, *Nosso Futuro Comum*, que estabelece, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável e coloca, no mote usado até hoje, que o desenvolvimento sustentável é atender às necessidades das gerações atuais, sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.

Como consequência, iniciou-se uma série de negociações e o estabelecimento de outros tratados globais, como as duas convenções negociadas no período 1990 a 1992, a Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.



No final dos anos 1980, a ONU resolve convocar sua segunda cúpula global sobre meio ambiente, que vem a ser a conferência do Rio de 1992. Mas o título mudou significativamente, refletindo essas novas percepções. Em 1970, era a Conferência da ONU sobre Ambiente Humano. Em 1992, era a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Vou tentar ser breve. Como o Deputado disse, foi um evento superimportante. Pegou uma onda de entusiasmo e energia, e um contexto no cenário global em que politicamente estava acontecendo muita coisa, principalmente o desmoronamento da União Soviética e a perspectiva do mundo e, portanto, das negociações intergovernamentais não mais baseadas em blocos no mundo bipolar. Imaginava-se nessa época a esperança de que poderia haver negociações e soluções negociadas globalmente, sem interferência da Guerra Fria.

A conferência do Rio aconteceu em um momento de muito entusiasmo e muita energia. De passagem, atribui-se boa parte dessa energia à figura do Secretário-Executivo da convenção, Maurice Strong, que havia sido Secretário-Executivo da Conferência de Estocolmo, que montou uma equipe.

Ao contrário do que veremos na conferência do ano que vem, a ONU criou um secretariado próprio para a organização da conferência, com bastante autonomia. Um dos usos dessa autonomia que Maurice Strong fez, que é muito importante, como mencionamos e como veremos, é abrir as portas. Até então, as negociações da ONU eram restritas a um leque muito pequeno de observadores, sob o argumento de que são negociações entre Governos. Tudo bem, pode haver alguns observadores de instituições da sociedade civil ou de setores científicos e acadêmicos, mas sobre regras estritas.

O resultado é que, entre a criação da ONU, em 1945, e a Conferência do Rio, em 1992, a participação da sociedade civil nos debates e trabalhos da ONU, não somente nas áreas ambientais e de desenvolvimento, mas em todas as áreas, era muito restrita.

Maurice Strong decidiu, mais ou menos por conta própria e contra as tradições da ONU, que a Conferência do Rio estaria aberta a qualquer observador que pudesse comprovar a relevância de suas atividades aos temas em discussão. Já que os temas em discussão abrangiam quase todas as atividades humanas



imagináveis, abriram-se as portas e houve a participação de observadores na Conferência Oficial, no Riocentro, mas principalmente no Fórum Global, no Parque do Flamengo. Calculamos que foram 17 mil participantes cadastrados de mais de 10 mil entidades de mais de 170 países. Era o primeiro encontro realmente global da sociedade civil. Além disso, mais de 400 mil residentes do Rio de Janeiro tiveram acesso ao Fórum Global.

Não vou falar sobre isso agora, mas é um fator para se ter em mente. No Brasil, na saída do regime militar, consolidou-se o conceito de legitimação da participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas, o que teve importância inegável.

Também, como veremos, pelo menos na área de desenvolvimento sustentável, em todas as conferências subsequentes no âmbito da ONU, as regras que Maurice Strong impôs, em 1992, no Rio, se mantiveram mais ou menos. Então, a partir desse momento, a participação da sociedade civil organizada global nas tomadas de decisão e negociações da ONU é ampliada de forma extraordinária.

Os produtos da Conferência do Rio, como sabemos, são a Declaração do Rio, com 27 princípios, alguns dos quais refletem e elaboram com mais precisão os princípios de Estocolmo; a Agenda 21, um receituário de 300 páginas, 40 capítulos sobre todas as facetas do desenvolvimento sustentável, identificando áreas programáticas, base para a ação, objetivos, atividades e meios de

Foram abertas à assinatura as convenções de biodiversidade e mudança de clima, que haviam sido negociadas a bom termo, cujos textos estavam prontos para assinatura no Rio. Ainda foram feitas uma declaração de princípios a respeito de florestas, a decisão de criar, para dar sequência aos resultados da Conferência do Rio, principalmente a implementação da Agenda 21 no âmbito da Assembleia Geral, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que, a partir de 1993, se reúne anualmente.

No resto da década de 90 ocorreu intensa atividade intergovernamental. A partir de 1993/1994, entraram em vigor as duas convenções de biodiversidade e mudança de clima.

Geralmente, temos a negociação de um tratado, é aberta a assinatura e depois a ratificação. Na maioria dos casos a ratificação passa pelos congressos



nacionais. É um processo demorado, que leva 2, 3 anos. E geralmente o tratado entra em vigor somente quando 50 ratificações são recebidas pela ONU. Então, não é uma coisa difícil aguardar 5, 10 anos para que o tratado entre em vigor após sua negociação.

É importante ressaltar que as duas convenções negociadas, às vésperas da Convenção de Biodiversidade e Mudanças de Clima, no Rio, entraram em vigor em menos de 2 anos, o que é um tempo recorde e indica a importância dada pelos Governos à sua entrada em vigor.

A partir desse momento acontecem as reuniões periódicas dessas duas convenções — as chamadas Conferências das Partes, cuja 15ª Conferência de Mudança de Clima foi realizada em Copenhague — é negociada, e entra em vigor, a Convenção Internacional de Combate à Desertificação. E também outros processos paralelos.

A negociação complicada sobre florestas, no Rio, resulta, em 1995, na criação de um Painel Intergovernamental sobre Florestas, que, a partir de 2000, vira o Fórum da ONU sobre Florestas, é negociado e acordado, em 2007, o Instrumento Não Vinculante sobre todos os tipos de Florestas, ou seja, uma convenção, mas que, dadas as restrições e os problemas ao redor do assunto, não é vinculante como as três Convenções do Rio.

Nos anos 90, voltando um pouco, houve intenso calendário de conferências globais da ONU sobre temas relacionados à questão do desenvolvimento sustentável. Em 1994 houve a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Também, em 1994, a Conferência da Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento. Em 1995, a Conferência Mundial sobre Mulheres e também a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social. Em 1996, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos. E, em 1997, a Cúpula da Terra, a Rio +5.

Estou listando isso para tentar ilustrar que, nesse período, nos anos após Rio, até hoje, houve no plano intergovernamental intensa atividade de estabelecimento do arcabouço normativo para implementação das diferentes facetas do desenvolvimento sustentável.

Temos ainda um pouco de tempo.



Em 2002 ocorreu a Rio +10, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, que — isso é relevante para as discussões de hoje tarde — enfatiza o fato de que o conceito e a implementação do desenvolvimento sustentável têm de ser necessariamente baseado em três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

A ONU foi instruída a coordenar esses três pilares, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, como órgão máximo; do Conselho Econômico e Social — ECOSOC, que tem a responsabilidade de integrar esses três pilares, e a Comissão do Desenvolvimento Sustentável, cuja incumbência é acompanhar, avaliar e implementar a Agenda 21.

Na década de 2000 houve significativo aprofundamento da base científica, com avaliação ecossistêmica do milênio, no início da década. Depois, o Relatório Stan, sobre os custos de tratar a questão do clima agora, em vez de empurrar com a barriga, e TEEB, estudo sobre a economia de ecossistemas e biodiversidade, todos apontando para o fato de que os bens e serviços fornecidos pela biodiversidade e pelos recursos naturais são a base da economia mundial.

As tendências são alarmantes. A perda de serviços ecossistêmicos e de recursos naturais terão fatalmente impactos muito sérios sobre a capacidade dos países e do mundo, como um todo, de atender às necessidades de erradicação da pobreza, de atender às necessidades sociais e o bem-estar de suas populações.

Ao mesmo tempo, vemos que o conceito de desenvolvimento sustentável é amplamente conhecido por organismos internacionais, governos, sociedade civil, mídia, público em geral.

Resumindo a história desses 40 anos, mais especialmente 20 anos após a Conferência do Rio, a arquitetura institucional, o arcabouço normativo, os instrumentos globais e nacionais têm sido identificados e estão em vigor. Mas há um acordo geral entre todos os observadores e participantes de que a coisa não anda nada bem: há déficit de implementação, problemas sérios de capacidade de recursos, de vontade política, de conhecimento técnico, de base científica para os países poderem implementar os compromissos assumidos em todos esses instrumentos; há um abismo entre as intenções e os resultados concretos, tanto no plano internacional como nacional; os organismos normativos, responsáveis pela





implementação, foram criados em outras épocas e não necessariamente conseguem operar à altura das demandas; a base do acordo entre os países, entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento eram acordos sobre recursos financeiros, transferência de tecnologia, capacitação, etc. E, via de regra, esses acordos não têm sido cumpridos, pelo menos na escala inicialmente acordada.

Então, hoje o entusiasmo e as expectativas, de 1972 e de 1992, são um tanto ingênuas, principalmente em boa parte, porque o mundo mudou de uma forma não prevista. As mudanças que estamos observando aconteceram mais rapidamente e foram mais profundas do que o previsto. Cito, como exemplo, a explosão tecnológica, especialmente na área de comunicação, tem impactos econômicos, sociais, políticos e de hábitos inimagináveis, 20 anos atrás; a integração e o crescimento da economia global mudaram de forma inesperada; em 1972, o PIB global era de 13 trilhões de dólares; em 1992, de 25 trilhões; em 2009, de 40 trilhões, ou seja, no período de que estamos falando, de 1972 a 1992, triplicou o tamanho da economia global. A projeção do FMI e do Banco Mundial é de que, em 2050, vai triplicar novamente para 135 trilhões de dólares. Além disso, o PIB *per capita* em escala global também cresceu bastante: de 3.500 dólares, em 1972, para 4.600 em 1992, e para 6 mil em 2008, ou seja, 172% em menos de 40 anos.

E temos os paradoxos. Apesar dos esforços, apesar dos investimentos, apesar de muitos países terem feito a coisa certa, persiste a situação de gravidade.

Eu trabalho muito com a Convenção da Biodiversidade. Nos últimos 2 anos, fizemos um estudo da implementação por parte dos 193 países contratantes, ou seja, quase todos os países do planeta que fazem parte da Convenção da Biodiversidade, que têm a incumbência de elaborar e implementar estratégias nacionais de biodiversidade, para atender os objetivos dessa convenção. A boa notícia é que mais de 180 países fizeram o dever de casa, têm suas estratégias nacionais de biodiversidade, em alguns casos supersofisticadas, com bases científicas robustas, com capacitação técnica e institucional capaz de levar à sua implementação. Mas com todo esse investimento, com todos esses esforços, a ciência relata que as taxas de biodiversidade continuam a crescer, ou seja, o investimento e os esforços não tiveram aparentemente impactos concretos sobre o problema. Então, esse é o ponto a que chegamos.



Eu vou concluir, porque os palestrantes que vão me suceder falarão mais especificamente sobre a Conferência de 2012.

Estamos numa situação paradoxal: sabemos o tamanho do problema, temos uma base científica muito mais robusta do que 20 ou 40 anos atrás; temos uma compreensão cada vez maior e uma aceitação política cada vez maior da gravidade das consequências, mas tanto no plano interno nacional como intergovernamental, estamos diante de uma incapacidade de identificar os caminhos e os mecanismos para reverter essas tendências nefastas, para colocar a humanidade num caminho seguro.

Eu observei com muito interesse, e alguns dos senhores devem ter visto na televisão, no final de semana passado, uma entrevista com José Graziano, o brasileiro que será o próximo Diretor-Geral da FAO, a quem foi perguntado se o mundo está caminhando para um colapso em 2050, com incapacidade de alimentar sua população de 9 a 10 bilhões de pessoas. Ele disse que não, que isso é catastrofismo; que a produção agrícola do mundo é suficiente para dar uma dieta adequada e nutritiva a uma população de 9 a 10 bilhões, mas é impossível alcançar isso com os atuais padrões de produção e consumo, onde o conteúdo energético da embalagem de alguns alimentos é maior do que o conteúdo calórico dos próprios alimentos. E que, salvo a região do Saara, o problema da fome não é de falta de alimentos, mas de acesso à renda, de poder de compra.

Então, se existe um problema principal e intratável, pelas evidências atuais, é a falta de integração nos âmbitos intergovernamental e governamental.

Desenvolvimento sustentável continua sendo visto como responsabilidade de ministérios de meio ambiente e não de ministérios de economia, não de ministérios de planejamento, não dos ministérios responsáveis pelos investimentos em infraestrutura ou em serviços sociais. E muito menos desenvolvimento sustentável é visto nos países como a linha dorsal, transversal, e norteador de políticas de governo.

No período da tarde falaremos mais sobre questões de governança, mas acho que, como pano de fundo para a Conferência Rio+20, era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Tony, muito obrigado por sua intervenção. Passou um pouco da hora, mas eu achei melhor não interrompê-lo, dada a importância das questões que estava levantando.

Vou fazer uma pequena adaptação. Vou passar a palavra, de imediato, ao nosso próximo expositor, Aron Belinky, representante do Instituto Vitae Civilis, que vai falar sobre o tema *Rio+20 — Cenários e expectativas*. Ao término de sua intervenção faremos conjuntamente o debate, a sessão de perguntas e respostas e intervenções dizendo respeito às duas exposições.

Com a palavra, por favor, o Sr. Aron Belinky.

**O SR. ARON BELINKY** - Obrigado, Deputado Sirkis.

Bom dia a todos. É muito bom termos a oportunidade de conversar novamente sobre o andamento da Rio+20, sobre o preparo desse caminho.

O Vitae Civilis, que represento, vem fazendo um trabalho bastante intenso há mais ou menos 1 ano procurando pautar o assunto da Rio+20 e trazer para o conjunto da sociedade brasileira os temas e as discussões em pauta.

Eu vou procurar ser bem focado e ir bem diretamente ao ponto sobre como a conferência está funcionando.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O primeiro ponto que acho importante é termos a noção de que a Rio+20 não é simplesmente um evento. Como se pode ver neste quadro, há uma sequência de datas que compõem o que é, de fato, a Rio+20.

Assim, temos ali: nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2012, o evento oficial da ONU, a conferência em que será oficialmente tratado o tema. Isso é completamente diferente do que aconteceu em 1992, quando a conferência durou, só ela, 10 dias — aqui são 3 dias.

Há outro fato interessante. Uma semana antes — na segunda, terça e quarta-feira da semana anterior — teremos um evento preparatório dessa mesma conferência da ONU, também no Rio de Janeiro, que será uma reunião de pré-negociação do processo. Assim, a ONU terá dois eventos, de 3 dias cada um, acontecendo no Rio de Janeiro em junho de 2012. Entre um evento e outro há 4 dias, período que está sendo transformado em parte informal da conferência. Está sendo pautado para esses 4 dias entre os dois eventos oficiais um conjunto de



debates e de pautas que tanto vai acontecer no campo governamental quanto no campo do diálogo do Governo com a sociedade civil, puxado pelo próprio Governo, quanto na sociedade civil, independentemente.

Temos neste quadro, na parte de baixo, o que está marcado ali como Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental. É um conjunto de eventos, um grande encontro da sociedade civil que está sendo articulado pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 que vai congregar um conjunto muito grande de atividades de vários atores da sociedade civil. E também acontecerão em paralelo outros eventos do setor empresarial, do setor governamental e de várias outras áreas que estão se congregando em torno da Rio+20.

Outro ponto também importante é que, do ponto de vista do que vai acontecer lá e pensando em cobertura de imprensa, pensando no foco deste seminário, que é muito sobre pautar cobertura e obviamente também a participação do Parlamento e de todos, no fim de semana anterior a esse processo todo, quando vai começar a chegar gente no Rio de Janeiro, vai começar a acontecer eventos. E teremos o *day after* — os 4 dias após a conferência oficial (quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo) — em que alguns milhares de pessoas que estarão no Rio de Janeiro certamente ainda estarão trabalhando e discutindo o que fazer dali para a frente.

Como o Tony comentou, a Rio+20 está pautada um pouco nesse cenário não como um evento, vamos chamar assim, um ponto de chegada, mas um ponto de convergência e de encaminhamento de outros passos que virão pela frente. Isso é muito importante. Não se espera resolver tudo lá, mas certamente será pautado na Rio+20 muito do que nós vamos fazer pelo menos nos próximos 5, 6 anos e, eventualmente, nos próximos 20 anos. Muita coisa ali vai se convergir, trazendo esse processo que está meio desgastado, como comentou o Deputado Alfredo Sirkis.

Outro ponto importante é que esse processo já está acontecendo. Uma série de atividades que têm a ver com a Rio+20 já estão acontecendo dentro e fora do Brasil. Está cheio de eventos marcados para a Rio+20, para quando chegar a Rio+20, até a Rio+20. Nós, aqui, estamos hoje fazendo isso, e isso já está pautando uma série de temas na agenda. Então a conferência já está acontecendo.



Outro ponto importante de ser lembrado é que o contexto político em que a Rio+20 ocorre tem esse problema, já também comentado pelo Deputado Sirkis, de esvaziamento das conferências da ONU nos últimos anos — aquilo que aconteceu em Copenhague, em 2009, com a COP-15, que foi ao mesmo tempo um grande sucesso em termos de mobilização e de pautar debates mundiais, mas também foi muito improdutiva, do ponto de vista da capacidade de entrega do sistema ONU, do sistema multilateral. Então há um grande ceticismo nessa direção.

E hoje há a crise econômica, que em 2008 teve um grande impacto, e agora, em 2011, estamos vendo o que está acontecendo nessas semanas.

Em 2007, quando a Rio+20 foi sugerida pelo Presidente Lula, nada disso existia. Até digo que, para mim, a Rio+20 é como se fosse aquele filho concebido na lua de mel e nascido depois do divórcio. Ela foi chamada num contexto e acontecerá em outro completamente diferente.

Os senhores certamente vão ouvir várias conversas de ceticismo sobre a importância da Rio+20, do ponto de vista da presença de Chefes de Estado, do engajamento oficial, das decisões que serão tomadas. Isso certamente está na pauta porque o contexto mundial é diferente, porque o tipo de organização da conferência é completamente outro. Existe, de fato, um movimento e um risco de esvaziamento da conferência oficial, mas, ao mesmo tempo, existe uma percepção global da sociedade civil e também do setor de negócio, das empresas, de que esse é o momento fundamental de juntar peças que hoje estão separadas e que são fundamentais para o conjunto nosso no futuro. Então, esse momento irá acontecer independentemente do que a ONU faça ou deixe de fazer e isso está causando uma situação muito curiosa para o sistema Organização das Nações Unidas pelo qual aquela primeira tentativa de esvaziamento pode se converter, na verdade, num grande problema para que países que convocaram a ONU e que convocou uma conferência com esse volume, de repente, seja um ator secundário no processo.

O risco que a ONU está correndo e que os países estão correndo é de se tornarem atores secundários, devido ao interesse da sociedade civil, que, portanto, induz um crescimento no processo oficial. Então, não temos de alimentar ou se deixar desmotivar porque a Rio+20 está sendo meio esvaziada. Isso não procede e



mesmo a tentativa do sistema oficial, que de fato houve, de baixar a bola e ainda existe está nessa armadilha, que é muito positiva do nosso ponto de vista.

Esta aqui é, vamos dizer, a convocação. Há uma declaração, uma resolução da ONU que convoca a Rio+20, aprovada em 24 de dezembro de 2009, em que ela pauta a conferência de uma maneira muito direta, muito explícita, indicando o que será feito lá. Esse termo, da maneira que está mostrado aqui, procuramos traduzir num diagrama.

O que este diagrama está mostrando? Ele é uma tradução daquilo que está na declaração propriamente dita, que é a Rio+20 como uma conferência cujo objetivo é reforçar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Ela não está substituindo o que estava feito ontem. Ela não está recolocando. Ela está reforçando o comprometimento político. Esse é o objetivo dela, e, para fazer isso, ela propôs um pequeno processo, que é o de avaliar o que aconteceu em virtude dos compromissos assumidos. Quer dizer, houve uma série de conferências, uma parte foi feita, outra parte não foi feita. Além disso, há questões novas que surgiram e que têm de ser identificadas. Isso é que deve ser objeto do compromisso político que se espera.

Agora, de que jeito isso acontece? E aí há meios de implementação e meios de governança. Esse são os dois temas centrais da conferência, um deles é a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável de erradicação da pobreza. Ou seja, não é uma economia verde qualquer, é um conceito que está sendo construído agora. Ninguém sabe o que é economia verde. Ela vai ser aquilo que fizermos dela, e estamos agora definindo o que será.

E, segundo ponto, governança global, que passa não só pelo desenvolvimento sustentável especificamente, mas ela terá grande interferência em grandes áreas de poder na área da economia, na área da divisão internacional de trabalho, divisão internacional de riqueza.

Segundo o pessoal do ONU com quem temos conversado, falar em governança global para o desenvolvimento sustentável só perde em complexidade para a reforma do Conselho de Segurança da ONU. É nesse nível de complexidade que se está falando, se for para levar a sério. Se for para fazer uma coisa fajuta, aí é fajuta mesmo, não tem de se preocupar muito. Esse é um tema muito complicado.



Muito bem. Uma outra maneira de enxergar essas mesmas peças é vendo o seguinte: existe um conjunto de buracos, os hiatos no cumprimento dos acordos, que é esse grande problema que o Tony comentou de que estamos aqui sabendo o tamanho da encrenca, sabendo que temos meios para mudar, sabendo que teremos um custo muito maior se demorarmos para agir, e, mesmo assim, não agimos.

Então, por que isso acontece e como mudamos esse quadro? Esse conjunto desses hiatos pede um quadro institucional de governança do desenvolvimento sustentável. Esse quadro se assenta, obviamente, naqueles três pilares clássicos do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Esses três pilares, como muita gente acredita, não é exatamente tudo que pode resolver, mas tem o lado cultural, o lado político, tem outras coisas ali, mas ele, certamente, é uma maneira interessante de olhar. A economia verde é aquilo que dá a liga nesse conjunto e uma economia verde tem de ser vista não como uma coisa sozinha, mas como uma coisa que serve a um projeto político. A economia, qualquer que seja ela — isso é um erro que existe muito frequente — é vista como um sistema autônomo. Os mercados acham isso, os mercados acham aquilo, os preços fazem assim.

Primeiro, os preços, o mercado, o juro e a Bolsa são criações humanas, são criações institucionais, assim como o crédito. De tudo que estamos cercado no sistema econômico é resultado de uma construção, e uma construção relativamente recente em grande parte. Quer dizer, o sistema financeiro internacional é pós-Segunda Guerra, é uma coisa muito recente. O sistema de crédito ao consumidor é uma coisa dos anos 1960, dos anos 1970. Construimos isso e podemos reconstruir, temos meios muito melhores hoje. Essa economia verde que queremos serve a um propósito de governança. Isso é uma coisa muito importante de se ver.

Existe um *site* da Rio+20, o *site* oficial da conferência — uma coisa que não existia em 1992 —, nesse endereço que está ali: [www.uncsd2012.org](http://www.uncsd2012.org). Ao contrário do que podemos imaginar, ele é muito rico e muito interessante. Ele pode não ser interativo, pode não ser divertido, mas a quantidade de informação que há lá e o nível de detalhe que conseguimos de informação são muito relevantes. Esse *site* não é um lugar bobo, há coisa legal lá. Alguns colegas aqui costumam explorar e



sabem que lá há coisa bem interessante. Está certo, Daniela? Você é uma que pesquisa bastante.

Daria para falar durante uma hora sobre esse mapinha aqui. O campo verde, de um lado, é aquilo o que está acontecendo no Brasil. O campo azul é aquilo que está acontecendo no sistema ONU em torno da Rio+20. Não vou entrar em todos os detalhes, porque isso aqui é complicado, mas nos ajuda a ter uma noção do que está rolando nessa construção.

O primeiro ponto é que a Rio+20 tem um Secretariado, tem um Secretário que se chama Sha Zukang. É um diplomata chinês de muito tempo, o diplomata chinês mais antigo na ONU. Ele não tem nenhum tipo de histórico com desenvolvimento sustentável. Então, é totalmente diferente do que era Maurice Strong na Rio 92. Por outro lado, é uma pessoa que aparentemente está disposta a abrir espaços. Isso ao mesmo tempo gera uma certa desorganização, mas gera uma maneira interessante de podermos participar. Dentro da estrutura formal da ONU, isso está abrigado no DESA, que é o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Ali existe uma pessoa já bem conhecida do assunto, Tariq Banuri, que é o chefe e líder do DESA.

Além disso, temos dois Coordenadores Executivos da conferência, que foram nomeados agora em janeiro: Brice Lalonde, que é ex-Ministro de Meio Ambiente da França, e Elizabeth Thompson, que é ex-Ministra de Meio Ambiente de Barbados. São pessoas que estão se dedicando *full time* a costurar a sociedade civil. Os dois, ou pelo menos o Brice, vão estar aqui semana que vem numa missão da ONU para conversar com a sociedade civil brasileira e o Governo em geral. São duas pessoas chave no processo.

Há também outros atores do Sistema ONU, que são, por exemplo, agências da ONU como o PNUMA, o PNUD, a UNITAR, que têm pautas muito claras sobre a Rio+20 e estão presentes puxando o processo. Elas não têm autoridade formal na conferência, mas são muito relevantes e estão pautando vários temas.

O Secretariado-Geral da ONU constituiu um painel de alto nível para tratar de temas ligados à Rio+20, do qual participa a Ministra Izabella Teixeira. É um painel presidido pela Primeira Ministra da Finlândia e pelo Presidente da África do Sul, o Zuma, e está sendo uma instância de debate paralela ao Secretariado, em que você também tem conteúdos.





Há todo o conjunto das convenções da ONU, como eu estava falando: a Convenção do Clima, da Biodiversidade, da Desertificação, as várias instâncias que também têm algum tipo de relacionamento com a Rio+20.

Há todo o recorte da política internacional, G20, G77, União Europeia, os vários recortes onde também se está debatendo implicações da Rio+20 no campo internacional.

Ainda do lado internacional, há um birô, que é um *board*, um conselho da conferência, em que 11 membros são nativos — vamos dizer assim — do Sistema ONU, que são as várias divisões regionais da ONU, e um décimo segundo membro, que é o representante do Brasil na ONU. Esse *board* da conferência conta com a participação permanente de uma diplomata brasileira, que está na missão da ONU. Essa diplomata faz uma conexão entre o processo oficial e a diplomacia brasileira, além da parte informal que está lá dentro. Essa pessoa do Ministério das Relações Exteriores tem outra conexão, que é com o Comitê Organizador da Rio+20. Foi criado em junho agora, recentemente, uma instância do Governo Federal, chamada Comitê Organizador, presidida pelo Ministério de Relações Exteriores, pelo Itamaraty, com 16 órgãos federais, o Ministério Público Federal e Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro. Esse Comitê Executivo é que vai tomar as decisões na Rio+20 sobre credenciamento, logística, infraestrutura. Toda a parte de protocolo está nas mãos desse Comitê Organizador presidido pelo Itamaraty.

Agora, há uma outra instância, uma Comissão Nacional Brasileira co-presidida pelo Itamaraty e Ministério do Meio Ambiente. Essa Comissão Nacional é um espaço de interlocução com a sociedade civil. E o que há nela? Há 25 Ministérios de órgãos federais; outros órgãos do Governo brasileiro; do Estado, que são organismos municipais e estaduais de meio ambiente; Ministério Público; Poder Judiciário; Congresso Nacional; Governo do Estado do Rio, Municipal e Estadual. E também nós temos a sociedade civil.

Então, há ali 14 cadeiras, colocadas para sete segmentos da sociedade civil, segmentos da academia, das empresas, das ONGs, dos sindicatos, dos movimentos sociais, indígenas e comunidades tradicionais.



Ali há um grupo de sociedade civil, que são 14 titulares mais 14 suplentes, 28 pessoas, que tiveram sua primeira reunião de trabalho segunda-feira, agora, dia 8, e está começando a virar um fórum de interlocução sobre a Rio+20.

Então, ali será um lugar muito importante.

Além disso, temos o Conselhão, ligado diretamente à Presidência da República, que tem um grupo de trabalho sobre desenvolvimento sustentável. Dentro dele, há um subgrupo Rio+20 que vai realizar um debate substantivo sobre os temas, já começando. Há uma mesa de diálogos do Conselhão no dia 30 de agosto e uma no dia 11 de outubro para preparar o posicionamento e discussões sobre os temas da Rio+20.

O Vitae Civilis tem participado como um assessor técnico na formulação desse trabalho, por exemplo. Em vários outros lugares, estamos presentes nisso aqui.

Aqui há todo o conjunto de eventos paralelos da sociedade civil, que estão ligados em todo um universo, é o que está nessa área branca abaixo do gráfico, da sociedade civil no sistema ONU e no Brasil, nacional e internacional.

No sistema ONU, a sociedade civil é constituída pelos tais dos 9 grupos principais ou *medius groups*, que são negócio do setor privado, juventude e infância, produtores rurais, povos indígenas, governos locais, ONGs, ciência e tecnologia, trabalhadores dos sindicatos e mulheres. Essas nove categorias são categorias em que a ONU, desde 1992, como o Tony falou, passou a reconhecer a sociedade civil como um ator nos seus debates; um ator ainda secundário, coadjuvante, mas um ator.

E cada um desses grupos tem seus integrantes discutindo o processo oficial, e com reflexos no Brasil. A Daniela, por exemplo, que está aqui, do *medius groups* de juventude. Ela participa de três *medius groups* no âmbito da ONU. Não sei se há mais alguém que participa diretamente. Mas, veja, há pessoas do Brasil que já estão nesse sistema, não necessariamente por causa da Rio+20, mas permanentemente. Vitae Civilis está no grupo de ONGs desse mesmo grupo.

Do lado brasileiro, nós temos duas articulações que começaram a acontecer já. Uma, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil e outra a União Global pela



Sustentabilidade — vou falar deles um pouco mais para a frente —, que estão credenciados no sistema ONU como interlocutores com a sociedade civil brasileira.

Temos, aqui no Brasil mesmo, além do Comitê Facilitador, uma articulação, como, por exemplo, na área de negócios, o Business Action for Sustainable Development, o BASD/BR, que é o capítulo brasileiro de uma associação de negócios envolvendo o pacto global, o CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, e a Câmara de Comércio Internacional.

Esse cenário todo aqui está dinamicamente trabalhando e as várias iniciativas internacionais na área da sociedade civil já estão andando.

Então, você tem a Green Economy Coalition, trabalhando com economia verde, da qual a Vitae Civilis faz parte; a GCCA, que é a Campanha Climática Internacional, que trabalhou no esquema da COP 15; Stakeholder Fórum; o próprio Business Action Internacional. Ou seja, há todo um cenário de atores que já estão mobilizados nessa direção.

Esse sistema de *medius groups* seria precário do ponto de vista de representação da sociedade, porque ele chama agricultores. Os agricultores estão lá dentro, desde a agricultura familiar até o agronegócio. Empresas, a mesma coisa. Mas, ele, de certa maneira, é um campo de participação.

Esses *medius groups* estão em “n” agendas internacionais. Estão debatendo clima, fome, OMC, comércio internacional, “n” coisas. E essa turma toda está vendo na Rio+20 um ponto de encontro, porque nós estamos há mais de uma década trabalhando em caminhos paralelos, em processos separados. Há muito tempo já não há eventos do porte de uma Rio+20, para pautar o conjunto das coisas. E esse é o valor diferencial da Rio+20. Essa é uma grande coisa, independentemente do que os governos resolvam.

Nesse processo, o eixo central, que é o processo oficial, ONU e Governo brasileiro, temos no campo mais sociedade civil clássica, de ONGs, movimentos sociais e articulações nesse campo:

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil está constituído, funcionando, operando. Quer dizer, é um órgão muito ativo, do qual vai ser falado à tarde. Pedro Ivo, que é um dos membros, vai falar à tarde disso com bem mais detalhes.



A Geração+20, movimento de juventude, dos quais temos vários participantes; inclusive o Guilherme, filho do Sirkis, também já está participando disso fortemente no Rio, indo no rumo de mobilização nacional e internacional de juventude nessa direção. Uma coisa que pode ser uma grande massa, um grande trabalho aqui, ainda mais que o mundo é interconectado hoje, o que tem muito a ver com a juventude.

Mulheres indígenas, trabalhadores, vários setores estão com as suas agendas sendo trabalhadas e com agendas muito claras. Vários deles.

Do outro lado, temos, vamos dizer assim, um lado mais voltado a mercado: União Global pela Sustentabilidade, que é uma coisa plural, mas que inclui mercado e governo. Não é só a sociedade civil clássica. Você tem a Green Economy Coalition, que, no Brasil, está promovendo os Diálogos Nacionais de Economia Verde. É um projeto conduzido pelo Vitae Civilis aqui no Brasil. Vou falar dele um pouco mais para a frente. Como eu falei lá atrás, o setor de negócios, através do Business Action for Sustainable Development, no capítulo brasileiro.

Já há muita coisa acontecendo na sociedade brasileira nessa direção. E cada uma delas tem “n” inter-relações. Há várias pessoas que participam de várias delas e que estão mirando não só a Rio+20, mas além. A Rio+20, como eu falei, não é um ponto de chegada, ela é um ponto de convergência. E, dali, vamos fazer muita coisa para a frente.

Como é que participamos e o que dá para fazer? No processo oficial, temos quatro grandes viéses de participação. Um deles são as propostas para o secretariado da ONU. Está aberto no *site* da ONU hoje “Coleta de Propostas”. Na verdade, é 11 de novembro, foi adiado. Até o dia 11 de novembro a ONU, o Secretariado, está aguardando algumas propostas com alguns temas que eles colocaram ali como sobre como você poderia ou deveria apresentar sua proposta: quem é você que propõe: você é um país; você é um representante de *medius groups*; você é um órgão da ONU; ou você pode ser inclusive algum organismo credenciado junto ao sistema, como, por exemplo, o Comitê Facilitador da sociedade civil. Tanto o Governo brasileiro vai-se posicionar quanto outros agentes vão-se posicionar nesse período de 11 de novembro. É o que vai ser a matéria-prima para fazer a minuta da declaração que vai ser negociada a partir de dezembro para a



frente na declaração do Rio oficial, fora tudo o que aconteceu no paralelo. Então, esse canal está aberto.

O Governo brasileiro já anunciou, coordenado pela Secretaria da Presidência da República, por Gilberto Carvalho, junto com o Itamaraty, muito proximamente, que está fazendo um processo de consulta conduzido nos três pilares e depois convergido na Comissão Nacional.

Os três pilares do processo de consulta: sobre a parte econômica é o Ministério da Fazenda, sobre a parte ambiental é Ministério do Meio Ambiente e sobre a parte social é o Ministério do Desenvolvimento Social. Esses três Ministérios estão encarregados de consultar e dialogar, da maneira como eles puderem, conseguirem e inventarem, com a sociedade civil para trazer propostas para que esse documento do dia 11 de novembro tenha a voz da sociedade civil. A Comissão Nacional vai-se reunir para tratar dele em algum momento daqui até final de outubro por exemplo. Então, esse canal está aberto e está acontecendo, e podemos entrar por essa via.

Outro canal que está aberto é a questão de organizações setoriais ou temáticas, ou seja, várias entidades já podem trabalhar nisso.

Outro canal são os processos indutores no Brasil, que podemos fazer, ou seja, processos de diálogo como esse da consulta que eu acabei de comentar, e o acompanhamento direto de que acontece na ONU, seja via *site*, seja via organizações com as quais vocês têm contato e que estão participando lá, como, por exemplo, o Vitae Civilis e a Comunidade Baha'i, que está direito acompanhando e está muito bem informada disso. Vários outros no Brasil também estão.

Nos eventos paralelos nós temos possibilidade de participação nas atividades, ou seja, são eventos abertos — quem quiser fazer, faz. Então, você pode apoiar alguma coisa que está acontecendo, pode propor alguma coisa, não está muito claro qual é o cenário, pode articular iniciativas da sua própria pauta. Você pode ajudar a pautar isso na mídia, ou seja, dar visibilidade para o que acontece, seja setorialmente, seja mídia global, e pode promover formação de opinião por meio de palestras e debates, como nós estamos fazendo aqui agora. Estamos participando obviamente da conferência ao fazer isso.



Em relação ao que vai ser produzido, o que dá para esperar da conferência? Primeiro, o documento que vai ser produzido oficialmente na conferência. Ele hoje tem uma estrutura que está proposta — vamos saber melhor mais na frente — em 8 tópicos: uma introdução, um balanço, como foi falado lá atrás, os desafios novos, a economia verde, o quadro institucional, como nós partimos para um quadro de ação referencial, os meios de implementação e forma de acompanhamento. Essa é a estrutura. Que peso vai ter cada capítulo desses? Qual é o conteúdo? Vamos negociar e vamos descobrir o que vai ser isso. É um processo longo ainda.

Outra coisa que pode aparecer dentro desse processo de Rio+20, que acho que é importante lembrar? Podem aparecer, por exemplo, encomendas de novas convenções. Está sendo discutido hoje, por exemplo, que poderia sair da Rio+20 uma convenção da ONU sobre responsabilidade social por exemplo. Eu estive aqui neste plenário, cerca de 3 meses atrás, falando sobre ISO 26000, que é a norma internacional de responsabilidade social e que acabou de ser negociada no ano passado. Trata-se de uma base para, por exemplo, uma convenção sobre isso ser debatida como um potencial: Convenção sobre Princípio da Precaução. É um dos princípios do Rio que prevê que certas medidas tecnológicas só podem ser feitas se tiver uma segurança clara sobre os efeitos. Isso tem tudo a ver com geoengenharia, biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias de informação. Pode aparecer uma convenção nessa direção.

Outra encomenda possível sobre transparência e governança (art.19): direito à informação, transparência que tem a ver com combate à corrupção e com todo o processo de participação cidadã. Essas 3 convenções, por exemplo, estão começando a ser “lobbyadas” nos bastidores de uma Rio+20. Elas podem ou não progredir. É uma coisa em que podemos pensar. A questão de participação da sociedade civil pode aparecer lá mais fortemente, reformar esse sistema de *medius groups*, que é um sistema precário, mas que hoje, com os meios tecnológicos que nós temos, pode evoluir muito para uma governança global. E também a questão dos métodos do desenvolvimento sustentável é uma coisa que pode aparecer e ainda podem aparecer decisões políticas que ajudam a destravar processos como o do clima, que estão ali com problemas complicados na sua dinâmica interna. Ela tem uma indução, não tem o poder formal.



No processo de desafios emergentes, o que está aparecendo com destaque até agora nos debates? Energia, água e saneamento, as questões das cidades e dos alimentos. No que se refere a alimentos, na FAO, há coisas em que o Brasil pode entrar fortemente. Tivemos a C40 agora aqui no Brasil sobre cidades sustentáveis. Então, quanto a temas emergentes, temos espaço para se colocar diretrizes que podem trabalhar muito para frente, mesmo que não tenham força de lei.

Aquele painel de alto nível que foi constituído pelo Secretário da ONU, que está pensando no seu relatório, está focando em 5 temas. Essa é a notícia que nós temos. O relatório dele está focando em segurança alimentar, segurança climática, segurança energética, biodiversidade e paz e justiça social. A minha leitura disso foi que a Civilis está focando em segurança, ponto, sob os seus vários aspectos. Ou seja, estamos com um medo danado. Se esse é o painel de alto nível e tudo que ele consegue tirar é segurança, quer dizer, estamos com medo. E temos toda razão de estar com medo. E quem sabe esse medo nos mobiliza para tomarmos decisões corajosas, porque às vezes o medo é um grande indutor para isso. Mas esse é um lugar em que temos um Ministro brasileiro incluído nesse grupo, ajudando a escrever. Então, há muito espaço para nós interferirmos nesse conteúdo.

No processo paralelo, temos um abaixo-assinado global, saindo pela juventude do Brasil, pela Geração+20 e outros, que pode ser um grande movimento.

Para vocês terem uma ideia, na Campanha do Clima, em 2009, em 4 meses de campanha global, nós coletamos 18 milhões de assinaturas. Tivemos, nos dias de mobilização global, nem torno desse abaixo-assinado, num dia em que houve mais mobilização, 5 mil e 300 eventos no mundo inteiro, em 24 horas — isso nunca havia acontecido em torno de uma pauta.

No Brasil nós tivemos 260 eventos auto-organizados acontecendo no Brasil sobre a questão do clima. A ideia é, tendo mais tempo de preparo e mais amplitude, repetir e ampliar essa dose, tendo como âncora esse abaixo-assinado global que fala cinco coisas que podemos na Rio+20.

Primeiro, traçar as linhas gerais de um plano de governança global. Não fechar mas ter o plano geral; evidenciar a existência de condições materiais. Este é um ponto alto da Rio+20. Ou seja, todo mundo, seja no empresariado, seja no



movimento mais anticapitalista com que eu já conversei, em todos eles, todo mundo fala o seguinte: *“Nós temos soluções. As soluções estão emperradas por uma estrutura pesada e enraizada em interesses. Queremos mostrar que as soluções existem e devem ser liberadas”*.

Não se trata mais de uma questão de saber o que nós queremos ou qual é a tecnologia que vai nos ajudar. Nós já temos tudo isso. É uma questão de viabilizar, como a questão dos alimentos, que foi falada.

Terceiro ponto. Estabelecer diretrizes para transição justa para a economia verde. Todo mundo que pensa sabe que tem de mudar. Desde o maior empresário até o menor não dá para manter a economia como ela está hoje. Isso é evidente.

A questão é como se muda isso, como trabalhar esse processo. Os sindicatos têm uma agenda chamada transição justa. O que é? É a seguinte mensagem: nós sindicatos — isso está muito forte no movimento sindical — acreditamos que, sim, devemos mudar a economia, entendemos que isso vai implicar perda de certos empregos, extinção de certos setores, eventualmente, a médio prazo.

Agora, tudo bem, desde que saibamos para onde as pessoas viver. temos uma transição justa com seguridade social, metas de criação de empregos, ocupação, uma política que permita as pessoas terem um modo de vida decente e não tornem obsoletos milhares e milhões de seres humanos. Essa é uma agenda do sindicato com que podemos certamente trabalhar. Romper, em parte, negociações em curso, aquilo que falei lá atrás, ou seja, dar mensagens políticas que ajudam a destravar alguns nós e construir e reforçar os laços na sociedade civil e nas suas lideranças. Isso podemos fazer.

Podemos também deflagrar campanhas globais. Isso está tomando cada vez mais força.

Em 2015, cinco anos depois da Rio 2020, será o ano de balanço das metas do milênio, que foram acordadas no ano 2000. A ideia é que também marquemos 2015 como o ano para ter algumas coisas que nós sociedade civil global — vamos acordar o que vão ser essas coisas — queiramos.

Por exemplo, alimentos para todas as pessoas, distribuído de uma maneira adequada; por exemplo, saneamento, para que as pessoas não morram simplesmente porque não têm água potável, como acontece no mundo, e essa é a





meta do milênio mais atrasada; campanha, por exemplo, para haver uma taxaço internacional sobre fluxos de capital, a fim de controlar os capitais especulativos. Ou seja, meia dúzia de grandes campanhas que possam ter grande mobilização global com ponto de chegada. Não se trata de um processo. É assim: daqui a 3 anos queremos. Vamos fechar o que queremos e vamos cobrar e fazer uma campanha com começo, meio e fim. Isso é algo que deve nascer da Rio+20.

Também uma amostra livre do futuro agora é essa ideia de que soluções existem. É uma coisa que certamente vai aparecer e de vários lados. O difícil vai ser separar soluções paliativas de soluções transformadoras. Isso é um outro departamento, mas todo mundo quer trazer soluções e propostas.

A Green Economy Coalition, que eu vou destacar um pouquinho só pelo fato do Vitae Civilis estar envolvido nisso, é uma articulação internacional. Como os senhores podem ver pelos logos, pelo álbum de figurinhas, você tem desde a TUAC, que é a Central Sindical Internacional, União das Centrais Sindicais, até a World Business Council, Consumers International.

Quer dizer, temos vários atores: oficiais, não oficiais; de mercado, não de mercado; todo mundo misturado procurando fazer com que a economia verde seja uma coisa que faça sentido e não uma grande enganação. Isso é fundamental.

Estão acontecendo os Diálogos Nacionais de Economia Verde aqui no Brasil: nós tivemos em Brasília, na semana passada, no primeiro seminário regional; tivemos no ano passado, em novembro, o primeiro Seminário Nacional sobre Economia Verde, que produziu o Quadro Referencial da Economia Verde, que é uma base conceitual e de prioridades com o qual nós estamos trabalhando. Faremos agora, até o final de setembro, debates focalizados. O primeiro foi aqui em Brasília, vamos ter ainda em Belém, Recife, Foz do Iguaçu, Belo Horizonte e mais alguns setoriais — o Instituto Ethos debateu muito isso na conferência deles. O Instituto Sustentável vai ter isso no Rio de Janeiro, o Instituto Sustentar, em Belo Horizonte. Há várias frentes discutindo isso.

Nós teremos o segundo Seminário Nacional nos dias 17 e 18 de outubro, em São Paulo, para fechar a Agenda Essencial de Economia Verde, que é uma base para que se possa trabalhar nesse sentido.



Eu não vou ler isso tudo, obviamente, mas quero que vocês vejam que existem já grandes linhas de atuação. A linha amarela, ali em cima, é o processo oficial da ONU; a linha azul são os debates entre Governo e sociedade civil no campo brasileiro; a linha verde, os eventos autônomos no campo que envolve mercado; e a linha amarelinha, no campo de sociedade civil mais no sentido clássico. Há muitos eventos acontecendo.

Também estamos colocando isso na forma de uma agenda com datas, para facilitar, e isso está disponível no *site* do Vitae Civilis, não dá para pegar cada momento, é só para chamar a atenção de que nós tivemos, agora, de 7 a 9 de agosto, a Conferência Ethos, vamos ter o evento do CBEDS, que é o Centro Brasileiro Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que vai realizar uma conferência no Rio e que vai tratar dos temas do Rio+20; o Seminário Nacional sobre Economia Verde, como eu falei, nos dias 17 e 18 de outubro; o prazo da ONU, 11 de novembro; nesse meio tempo tem consultas do Governo brasileiro acontecendo em várias áreas. E será realizada uma reunião da ONU nos dias 15 e 16 de dezembro, uma interseccional, oficial, preparatória que certamente vai haver uma repercussão grande, podemos ter até uma primeira movimentação da sociedade civil mais forte nessa ocasião.

**(Não identificado)** - Durban é quando?

**O SR. ARON BELINKY** - Não tenho a data exata de Durban, mas é nas duas últimas semanas de dezembro, e que também vai ser um caminho para esse momento.

**(Não identificado)** - Duas últimas? Costuma ser nas duas primeiras.

**O SR. ARON BELINKY** - Pedro, quando é Durban? *(Pausa.)* As duas primeiras, desculpa.

E vamos ter o Fórum Social Mundial Social em Porto Alegre, em janeiro do ano que vem, para tratar da Rio+20 nesse sentido, é um fórum social temático.

Para mais informações, aqui tem alguns *sites*: o do Vitae Civilis, que é o da minha organização, tem também o Comitê Facilitador da Rio+20, que é um *site* que está sendo reformado agora, e o Pedro Ivo vai contar melhor como ele funciona. Nem tudo que eu falei aqui é do Comitê Facilitador. Tem os Diálogos Nacionais sobre Economia Verde e o *site* oficial da ONU.



É isso que eu gostaria de falar.

Obrigado, e estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado, Aron. Tivemos, tanto por sua parte quanto por parte do Tony Gross, duas excelentes intervenções que nos dão um amplíssimo subsídio para o prosseguimento do nosso debate.

Infelizmente, eu não vou poder ficar até o final da tarde, porque tenho que voltar hoje para o Rio de Janeiro.

Quero convidar para participar da Mesa o Deputado Ivan Valente, fazer algumas observações e colocar a possibilidade das perguntas e respostas aos dois e intervenções gerais.

Quero fazer a segunda parte daquela intervenção que eu comecei já mais focada no processo da conferência em si, inclusive incorporando os valiosos subsídios que nós tivemos aqui.

Está na hora de problematizarmos um pouco as discussões. Quais são os problemas que me preocupam em relação a essa conferência? Em primeiro lugar, que não há claramente o espaço para a discussão da questão do clima, embora, como nós vimos aqui, haja certas brechas por onde ele pode até penetrar, porque é quase certo que a Conferência de Durban, à semelhança da Conferência de Copenhague e de Cancún, não seja capaz de produzir um sucedâneo para a segunda fase do Protocolo de Kyoto.

Está claro que neste momento existe um grande bloqueio: os dois países responsáveis por 40% das emissões, a China e os Estados Unidos, estão em um *clinch*, como se fossem dois grandes lutadores de sumô e não conseguem se mover nem para um lado nem para o outro.

Os Estados Unidos não vão se mover antes das eleições de novembro de 2012. E, evidentemente, os Estados Unidos não se movendo, a China poderá se mover em termos de tecnologias e metas dentro da lógica de raciocínio dela, o que já tem feito muito. Não é uma lógica de raciocínio de diminuição absoluta de admissão, mas de diminuição de emissões relativas a pontos no Produto Interno Bruto chinês, o que, para todos os efeitos, não resolve o problema que a comunidade científica detecta.



Falávamos aqui do processo da Rio 92 e do processo subsequente. Na época, a própria base de conhecimento científico que se tinha a respeito da questão do clima era infinitamente inferior à que temos hoje e também muito menos alarmante.

Então, sobre a Conferência Rio+20 paira um espectro: o do clima e da possível inocuidade da Conferência de Durban.

Tenho procurado fazer o meu *lobby* aqui em torno de uma proposta que seria importante para o Governo brasileiro, caso de fato aconteça, como esperamos, um não avanço da Conferência de Durban: que a Presidenta Dilma Rousseff convide um grupo restrito de países — vinte e poucos países — responsáveis pela parte do leão da emissão de gases de efeito estufa e alguns outros países que representam os que seriam mais afetados, uma espécie de G-Clima, para uma reunião no Rio de Janeiro, coincidindo com a Conferência Rio+20.

Por que a Rio+20? Porque a Conferência Rio+20, como muito bem vimos nas duas brilhantes exposições anteriores, é um processo multifacético. Ela tem uma conferência normal nos cânones do sistema das Nações Unidas e uma série de atividades paralelas. E uma dessas atividades paralelas, incorporando o momento político internacional, poderia ser uma reunião mais restrita de grandes emissores e de grandes vítimas para tentar avançar alguma coisa em termos do clima antes do momento fatal, que é o final de 2012, quando Kyoto vai para o espaço. Então, é uma proposta que nós estamos fazendo ao Governo brasileiro.

Com relação aos dois grandes temas da Conferência, no caso da economia verde, ela hoje, como foi dito antes, é algo de contornos indefinidos, é uma espécie de *paspartut*, cada um puxa um pouquinho para seu lado. Existe o risco, inclusive, de essa discussão se converter em um debate quase que sucedâneo dessas discussões da OMC, com alguém dizendo se o etanol tem ou não tais e quais problemas.

Acho que o fundamental nessa discussão são três pontos que me parecem muito relevantes. Em primeiro lugar criar claramente um princípio de precificação de atribuição de valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas. Se isso é consagrado, de uma vez por todas estaremos dando um grande passo. Os



ecossistemas prestam serviços ambientais e isso tem de ser reconhecido pela economia oficial, digamos assim.

Segundo ponto, temos de mudar os grandes indicadores, o alfa e ômega de todos os indicadores. O PIB — Produto Interno Bruto é hoje algo totalmente fora da realidade. Porque, na verdade, pode-se ter atividades extremamente deletérias, não só do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade imediata, mas do próprio futuro da economia produtiva que contabilizam como pontos para um crescimento dentro do critério do PIB. Então, temos que ter outro padrão, outro indicador que não mais o PIB da forma como é calculado hoje.

*At last, but not least*, tem que haver mecanismos que consigam atrair, reconverter esse mundo, esses trilhões de dólares de recursos na economia especulativa e trazer, pelo menos, uma parte disso para uma economia produtiva e verde para produtos e serviços e até para títulos financeiros que estejam vinculados a um padrão diferente de sustentabilidade. Então, parece-me que esses três pontos são extremamente importantes para serem discutidos no primeiro tema.

Quanto ao segundo tema, estou discutindo com o Itamaraty e estamos com certa dificuldade de nos entendermos, eu acho o seguinte: foi dito aqui claramente pelo Aron que, se formos levar a sério, essa discussão terá de ser no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Isso é a pura verdade. Além do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o único órgão planetário com um poder supranacional no sentido de poder mediar, sancionar etc., é a Organização Mundial do Comércio. Como sou um sujeito pragmático, vou tateando as coisas. Discuto com o Itamaraty essa questão há certo tempo e me lembro de que, na Conferência de Bali, numa longa conversa, o pessoal do Itamaraty estava namorando a ideia de uma organização mundial da sustentabilidade, meio ambiente, etc. e diziam até que o Governo da França era simpático a isso. É claro que esse seria um objetivo, se analisarmos realisticamente, até mais fácil de alcançar do que o do nosso *locus* no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ideia nossa, claro, seria trazer um órgão desse tipo para o Brasil. Então, uma organização mundial de desenvolvimento sustentável com poderes espelhados nos poderes que a Organização Mundial do Comércio dispõe, com a possibilidade de arbitrar, de sancionar, de agir com os mínimos mecanismos de pressão e de coerção dentro do universo planetário.



Vejo hoje o Itamaraty extremamente recuado em relação a isso. Eles dizem que há uma proposta de governança e parece-me que passa muito pela reativação daquele conselho que o Tony mencionou a certa altura na sua intervenção. Parece-me um objetivo muito modesto. Ou bem existe uma instância de governança supranacional com poderes de fato ou bem não existe, e temos evidentemente de trabalhar como existe, mas há dúvida de como poderia ser formatado. Existe uma discussão de que os países africanos ficariam muito chateados porque isso pode representar um esvaziamento do PNUD. Não penso assim, porque o PNUD é outra coisa completamente diferente, tem outros objetivos, outra visão. Eu acho que tem de ser, de fato, uma governança em cima da sustentabilidade.

Dito isso, abro espaço aos nossos participantes para que façam perguntas aos dois palestrantes e eventuais ponderações e intervenções.

Parece-me que os microfones estão abertos. Aguarda-se a primeira pergunta.

Moema, você está com cara de quem quer perguntar alguma coisa. *(Pausa.)*

É importante que os senhores e as senhoras se identifiquem.

**A SRA. PATRÍCIA BONILHA** - Bom dia, a todos. Meu nome é Patrícia Bonilha, sou assessora de comunicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Acho que as falas foram boas e bastante informativas. Mas estou sentindo falta da problematização dos temas. Para nós jornalistas ou participantes de organizações da sociedade civil é muito importante que os senhores, que estão dentro do processo, coloquem para nós as questões mais críticas, a fim de que possamos olhar essa Conferência com olhar mais crítico.

A partir disso, queria fazer a seguinte pergunta ao Tony: apesar de tudo o que disse, principalmente ao final de sua fala, sobre desenvolvimento sustentável, conceito que hoje muitas organizações questionam, ele foi totalmente apropriado pelo setor empresarial e pelos governos de forma destorcida. Vemos muitas empresas que cometem crimes ambientais, sociais e econômicos ganhando prêmios de desenvolvimento sustentável. Isso é um fato. Para citar um exemplo, empresas, como a Camargo Corrêa e Odebrecht, estão atuando nas usinas do Rio Madeira, onde ocorrem mortes de trabalhadores, com o aumento da prostituição em 208%.



Enfim, são números muito tristes e lamentáveis. Mas essas empresas continuam ganhando prêmios de desenvolvimento sustentável.

Parece que o conceito definido há 30 anos foi apropriado de forma destorcida — você mesmo disse isso no final de seu discurso. Apesar disso, 20 anos depois, um dos temas da Conferência, ou a Conferência como um todo, vem no sentido de desconectar-se um pouco. Acho que não está sendo feita uma avaliação desse processo, do que significa o desenvolvimento nem como ele tem sido implementado no Brasil, nos países em desenvolvimento e nos já desenvolvidos.

O que significa a sustentabilidade, de fato, não na teoria, mas na prática? Como ela vem sendo implementada?

Se há problemas graves, sérios e lamentáveis, como o Tony disse, como a Conferência vai continuar com esse mesmo conceito de desenvolvimento sustentável? Não sei, existe todo um arcabouço que foi feito, mas não implementado. Os problemas estão aí, e cada vez mais graves.

O Tony disse que a principal questão é o modelo de produção e consumo. O que a Conferência propõe para mudar esse modelo de produção e consumo?

Queria entender melhor por que o tema do clima ficou fora da Conferência. Não entendi a razão. Para mim, que não sou especialista no assunto, economia verde tem relação com clima, (*ininteligível*), tudo isso. Não consigo entender por que clima vai ficar fora.

Farei mais duas perguntas: gostaria de saber se está sendo construída alguma relação entre os processos, já que se junta economia com as questões sociais e ambientais, no conceito de economia verde. O que está sendo feito para estabelecer relações entre a Rio+20, a Conferência de Durban e o G-20? São três processos amplos. Gostaria de saber quais as relações entre esses três processos.

Por último, não entendi, na fala do Aron, por que disse que o processo em relação à participação da sociedade está em andamento no Brasil. Parece-me que a primeira reunião foi segunda-feira. Dia 11 de novembro é a data limite para apresentação das propostas diretas ao secretariado. Considerando-se a dimensão do Brasil, com todos os problemas que a sociedade civil tem em participar disso, parece-me um prazo muito curto, levando-se em conta que o processo, de fato, começou esta semana.



Gostaria que o Aron esclarecesse se teremos tempo de ter um processo mais participativo. Também me parece estranha a divisão entre o Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado. Já vou passar a palavra aos dois.

Acho que foi feito um conjunto de perguntas muito interessantes e instigantes. Da minha parte, falarei sobre o desenvolvimento sustentável.

Costuma-se dizer que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Então, da mesma forma que as palavras justiça e liberdade, muitas vezes, tiveram um uso totalmente deturpado, seria um milagre que a expressão “desenvolvimento sustentável”, em algum momento, não fosse apropriada para finalidades que não aquelas que são as mais corretas.

De qualquer maneira, é importante que mesmo os poluidores, que hipocritamente se apropriam disso, dentro de um paradigma cultural, estejam recuando e reconhecendo que aqueles são valores importantes. São tão importantes que tentam se mascarar, mas eles reconhecem que são importantes.

Com relação a problematizar, claramente, acho que é necessário, neste momento, problematizar a Rio+20. Parece-me que as grandes questões são ausência, por razões burocráticas e formais compatíveis com a lógica de funcionamento das Nações Unidas, e o Tony irá explicar isso melhor. Mas, de fato, não há um local nobre e oficial para discussão da questão do clima no Rio de Janeiro. Vai ser muito difícil se chegar à governança. Inclusive o próprio Brasil não tem uma proposta clara a respeito. Para problematizar, ainda daria uma última problematizada.

Tentei participar de todas as conferências sobre o clima que já aconteceram, com exceção da última, no México. Particularmente, considero impossível o sistema das Nações Unidas gestar um acordo pós-Kyoto da forma como ele funciona, necessitando do consenso de 192 países, para se chegar a alguma conclusão, e também em razão daqueles problemas políticos que mencionei.

Concedo a palavra ao Sr .Tony.

**O SR. TONY GROSS** - Com relação à questão do clima estar fora da pauta da Rio+20, como o Deputado Alfredo Sirkis disse, no fundo, é uma questão formal. A





Convenção sobre Mudança do Clima é um tratado. No cenário do direito internacional-ambiental tem personalidade jurídica. É uma coisa à parte, não é subordinada a nada. Os delegados, as partes contratantes, através de suas delegações, são muito ciosas de sua autonomia e não querem, recusaram-se, a subordinar as negociações, no âmbito da Convenção, a essa Conferência. Mas há motivos racionais para isso. Se se perguntar isso a qualquer diplomata, aos colegas do Itamaraty, eles irão dizer que não se pode misturar as negociações. Se se está em uma negociação difícil, a última coisa que se quer é abrir uma outra frente, começar uma discussão sobre mais um tema, visando a um mesmo ponto em outro fórum. É o caos. Essa é a resposta formal.

Se o conceito de desenvolvimento sustentável está superado, acho que a pergunta parte de um equívoco. Quem elaborou o conceito do desenvolvimento sustentável não estava fazendo nenhuma recomendação. Acho isso uma resposta um tanto brutal. Mas se se colocasse, por exemplo, a Comissão Brundtland contra a parede, eles iam dizer “*Não, não estamos entrando na questão de modelos políticos*”. Poder-se-ia ter, para nós e para o conceito, um regime comunista sustentável, um regime capitalista sustentável, uma ditadura sustentável. São as atividades econômicas e sociais do âmbito do regime comunista posto.

Então, a sociedade de economia ante as grandes empresas tem um papel predominante e atua de forma um tanto dúbia para não dizer cínica. Mas a meu ver, pelo menos isso não reduz o valor do conceito.

**O SR. ARON BELINKY** - Serei breve. Sobre a questão do clima, acho que a explicação foi colocada de uma maneira bem clara, mas só para enfatizar um ponto.

Formalmente, a Rio+20 não tem autoridade sobre o processo das mudanças climáticas e tentar fazer isso acontecer, foi aventado, seria uma complicação enorme, mas tem o processo político muito relevante. O que o Deputado Sirkis disse sobre essa reunião, de que a Dilma poderia chamar de “G-Clima”, ou aquilo que comentamos, como um comitê, na minha apresentação, de ter algumas mensagens políticas fortes que possam sair e que ajudem a destravar algum ponto, isso pode acontecer. É questão de sabermos pautar quais seriam esses pontos. Isso é um ponto delicado, mas dá para fazê-lo.



Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizo muito o que foi dito. Acho que temos de entrar nessas negociações, e essa é a postura que nós, Vitae Civilis, temos procurado ter: não entrar perdedor. Realmente, sempre vai haver alguém interpretando erroneamente, tentando se aproveitar daquilo que estamos propondo. Agora, se nós vamos, a cada vez, jogar fora o conceito porque foi mal colocado, vamos ter um problema.

O que precisa — aí acho que é fundamental o papel tanto da Rede Brasil como de várias entidades — é colocar a boca no trombone e denunciar com clareza as safadezas. Esse é o ponto. O que não podemos é lamentar que estão sendo mal utilizados e não ter espaço para essa crítica.

Acho que há um desafio enorme da sociedade: o desânimo por um lado e o bloqueio da imprensa por outro. É muito difícil fazer, com a mesma força e a mesma visibilidade, a crítica dizendo: *“Olha, esse cara está ganhando um prêmio, mas há aqui um lado “b” da história, que é enorme”*. E também entender que existe uma dinâmica complicada, mas que acontece, dentro das próprias empresas, a saber: o peixe morre é pela boca. Ou seja, na medida em que a empresa começa a colocar a marca dela associada a certos valores — hoje a marca é o maior ativo da maior parte das empresas —, se ela amanhã for denunciada porque assumiu um compromisso mentiroso, ela começa a correr risco.

Então, vai-se criando uma maneira em que as empresas vão se enredando e acabam tendo de avançar mais.

Ontem, participei da Conferência Ethos, do Instituto Ethos, que é de empresas, que foi muito curiosa. As empresas, várias, grandes, sentiram-se muito desconfortáveis porque viram que o seu velho discurso sobre o investimento social privado está totalmente superado e vazio. E aí o cara foi lá, com uma coisa requentada, e ficou com vergonha frente a outras empresas. Então, começa a criar-se um mecanismo de indução.

Não estou dizendo que isso é virtude, mas é um jeito de tentarmos melhorar, usando as ferramentas, os espaços que temos. A crítica é muito importante, é fundamental.

Sobre a questão de economia verde, Durban e G-20, é totalmente interligada. Não acho que o sistema ONU vá fazer isso, mas a sociedade civil está fazendo. A



Rede Brasil é uma das integrantes do Comitê Facilitador. E o que estamos procurando fazer, no Comitê Facilitador, como processo autônomo da sociedade civil, é exatamente dar visibilidade a esse tipo de conexão e trazer para a arena do Rio+20 essas visões mais críticas que de não podemos simplesmente fazer um grande mostruário de lindas intenções, ou todo mundo vai dar um tapinha nas costas do vizinho *“Puxa, você fez o possível até agora, nós vamos nos esforçar mais”* e sai tudo igual. Isso não é possível nem aceitável.

Então, realmente, temos que colocar isso com clareza em todas as pautas e emendar.

Sobre a questão do processo que está entrando no Brasil, está muito atrasado.

A primeira reunião preparatória da Rio+20 foi em maio de 2010. Já faz mais de 1 ano. A única pessoa da sociedade civil que estava nessa reunião era o Rubens Born, do Vitae Civilis. Ela foi pautada pelo FBOMS — Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Eu digo isso, não com orgulho, mas com tristeza. Por quê? Porque perdemos uma chance de estar presente lá. Não havia ninguém de lugar algum, nem de empresariado, nem alguém; simplesmente, passou batida. É uma coisa com a qual perdemos muito tempo. Então, acho que começou atrasado, acho que o ritmo de envolvimento está sendo muito rápido para a nossa real capacidade de participar. Agora temos que fazer o possível, dentro do prazo que existe, que é o prazo da ONU. Não adianta querermos mudar o prazo sozinho. Mas não significa que termina em novembro. Em novembro, estaremos colocando os ingredientes. A negociação do texto, a elaboração do documento oficial, todo o processo paralelo, continua.

Então, há muito que ser feito ainda, mas, certamente, devíamos ter acordado e começado a trabalhar antes. Infelizmente, não foi possível, mas agora estamos caminhando bem.

Concordo totalmente com a consulta em três pilares. Há algum tempo, quando foi anunciado em uma reunião, pelo Figueiredo, sobre essa consulta separada, várias pessoas, não só eu, criticaram uma abordagem fragmentada. E a promessa que tivemos é de que isso vai convergir e ser discutido na Comissão para procurar fazer essa interlocução. Ponto um; ponto dois. Nada diz que uma



organização não pode participar em mais de um processo. Por exemplo, a Rede Brasil, espera-se que ela esteja nas três consultas. Vai dar um trabalho danado, e temos pouca gente, pouco tempo e pouco recurso. Mas a ideia é que ela vai ter de estar presente a várias frentes nos articulando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Só uma observação sobre o último ponto que o senhor estava abordando.

Acho interessante que, pela primeira vez, salvo engano, corrijam-me se eu estiver errado, abre-se um canal de interlocução do Ministério da Fazenda com a questão ambiental. Porque que o Ministério do Meio Ambiente consulte, discuta, faça e aconteça, brigue etc. em relação à questão ambiental, está dentro da normalidade e dentro de uma governança compartimentada e ineficaz que nós temos.

Quando essa discussão passa de alguma forma a permear pelo Ministério da Fazenda, acho que isso é um avanço em relação a uma situação anterior.

Só para agregar mais uma questão. Acho muito grave na questão da discussão, por exemplo, sobre economia verde, a ausência do *link* disso com a questão do clima. Porque, por exemplo, um dos tópicos importantes de discussão que se pode colocar em relação à economia verde está profundamente vinculado com a questão do clima. É uma coisa que por acaso interessa muito ao Brasil.

O Brasil é um país que, com todas as dificuldades, está em condições mais favoráveis para poder reduzir em termos absolutos as suas emissões. As nossas emissões são basicamente de queimadas e desmatamentos da Floresta Amazônica e de outras florestas. Isso, embora não seja simples e as mudanças do Código Florestal estejam aí para nos atrapalhar a vida, é menos complexo do que por exemplo a China ou os Estados Unidos mexerem no seu padrão energético. São países — a China, 80%; os Estados Unidos, 50% — dependentes da geração elétrica das suas termelétricas a carvão.

Então, o Brasil passa a estar numa situação extremamente vantajosa para atrair créditos de carbono que sirvam para grandes projetos, inclusive geradores de emprego no País. Isso faz parte de uma discussão internacional sobre economia verde.



Mas se a questão do clima está ausente ou necessita se infiltrar de forma sub-reptícia em algumas atividades secundárias da Conferência, eu acho que a discussão sobre economia verde sofre com isso.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Senhores, não foi possível estar aqui na parte da manhã, e a sessão acabou de ser derrubada pelo Deputado Anthony Garotinho, que teve de sair outra vez. Então, não se tem sossego aqui. É difícil fazer reunião dessa forma.

Eu só quero demarcar uma questão sobre o debate da Rio+20. É o seguinte: como o Brasil é o país-sede, vai sediar o evento, logicamente que precisa de um esforço máximo para ter papel protagonista. Essa é a primeira questão. E não é fácil, porque o que está em jogo na Rio+20 é sempre o ganho, o debate mundial, o peso das grandes potências econômicas, os modelos econômicos e as matrizes energéticas estabelecidas, difíceis de serem alteradas, porque poderosos interesses econômico-financeiros incidem sobre essa questão. Mas eu acho que o País tem realmente condições de tomar iniciativas importantes.

Eu mesmo sou daqueles que têm sérias dúvidas sobre esse debate da economia verde. Tenho mesmo, porque a lógica de mercado, de alguma forma, entra aí. E quando entra lógica de mercado, nós somos aprendizes. Eu tenho sérias dúvidas sobre esse debate.

E mais: acho que há coisas muito boas em termos de iniciativa empresarial e muito cinismo também para aumentar os lucros. É claro que todos os compromissos assumidos pelo empresariado em relação a essa questão e sendo claramente a favor do meio ambiente, em defesa do meio ambiente, são positivos. Mas há outros que são puro *marketing* político, e nós sabemos o que isso significa.

Particularmente, concordo com o Deputado Sirkis. A questão do clima, mal ou bem, tem um peso hoje porque rastreia a questão energética, a questão das florestas, enfim, ela rastreia uma gama enorme de questões relativas ao chamado desenvolvimento sustentável. Mas quero relatar aqui minha maior preocupação quanto a essa questão: eu acho realmente um imenso retrocesso, algo deletério, o que a Câmara dos Deputados votou sobre o Código Florestal. Porque ela tem, além do peso real, um peso simbólico muito grande, muito grande. Quer dizer, o relatório



votado na Câmara dos Deputados é extremamente nocivo ao interesse nacional, ao interesse coletivo, à imagem do Brasil e contraria todos os protocolos que este País assinou, como o da Convenção do Clima em Copenhague e de tudo adiante.

Então, acho que essa questão precisa, daqui para lá, entrar na nossa agenda, porque o Brasil não pode entrar na defensiva nesse debate. Se ele quiser propor coisas importantes para os outros países, ainda mais sendo sede, sendo protagonista, não pode entrar com um rombo no casco como esse, com uma bancada ruralista mandante no Congresso Nacional.

Agora ela trata de tudo. Ontem, o Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e também da Comissão de Agricultura propôs a relativização da questão do trabalho escravo e que passem pelo Congresso Nacional todas as questões relativas — ele propôs publicamente, está publicado no G-1 — à reserva indígena, aos quilombolas e à unidade de conservação. Isso para vermos o tamanho da questão simbólica que existe.

Então, o nosso seminário deve também levantar os problemas relativos a esse tipo de questão, que tem uma incidência sobre o conjunto que vai nos deixar vulneráveis, para o País ter posições mais avançadas. Não se podem propor posições mais avançadas e fazer exatamente o contrário. É evidente que a questão aprovada é ampla. E há também as questões energéticas, como Belo Monte e as outras usinas na Amazônia. Essa questão toda tem um enorme impacto.

Eu acho que isso não nos tira, por exemplo, o papel de ataque e a ideia de que devemos ter uma bateria de questões, particularmente por pressão da sociedade civil organizada em todos os países, e mecanismos de financiamento, como aqui citado, por exemplo, como a taxaçoão capital/financeiro internacional do fluxo de capitais especulativos, e deverá haver outro tipo de debate, de forma mais ampla. Mas sabemos que essas discussões são bastante amarradas, porque o sistema que é efetivo, que delibera, digamos assim, é bastante blindado. E eu digo que ele é blindado também pela grande mídia, que é financiada, afinal, pelas grandes empresas e pelo capital financeiro.

É importante que tenhamos um papel mais presente de movimento social, popular, de pressão de baixo para cima, porque todas as questões expostas aqui, com muita propriedade, com muito detalhe e, inclusive, com conhecimento, são



difíceis de serem processadas pelo conjunto da sociedade brasileira, inclusive pelas suas entidades de vanguarda, na sua maioria, que teriam capacidade de mobilização ou de fazer pressão de baixo para cima. Essa é uma questão que me preocupa porque há um descolamento das iniciativas de entidades, de participação, com questões muito complexas. Mas falta um acompanhamento, uma pressão social de baixo para cima, para transformar isso no que eu chamaria de bandeiras e palavras de ordem que mobilizem.

Essa a preocupação que gostaria de deixar registrada.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado. Vamos continuar com as perguntas.

Passo a palavra à Sra. Moema Santiago.

**A SRA. MOEMA SANTIAGO** - Não é bem uma pergunta, é mais uma preocupação.

Peço desculpas, porque eu estava no lançamento da Comissão da Verdade, na OAB, junto com a Ministra Maria do Rosário.

Quando eu vejo a Rio+20, o desenvolvimento sustentável, as pessoas falando em matrizes energéticas, marcas e economia verde... Concordo muito com as posições dos dois Deputados que falaram anteriormente. Infelizmente perdi a exposição dos senhores, e não sei se, em algum ponto, essa questão foi abordada.

A minha preocupação é com o fato de termos um projeto nacional energético como o pré-sal, quando se tem, no mundo, um histórico de acidentes ecológicos mais recentes, como os dos Estados Unidos e do México. Na semana passada, foi divulgado um relatório do desastre ecológico do petróleo na África. Vão demorar de 30 a 50 anos para os danos serem ensinados.

Gostaria de saber se há, em algum nível da discussão do desenvolvimento sustentável no Rio+20, a preocupação de acompanhar e saber se as medidas necessárias de segurança... No que se refere a marcas, citadas em termos de economia verde, a PETROBRAS não tem uma imagem muito saudável em relação a desastre ecológico no Rio. Então, quando se vai passar para um projeto de pré-sal, que envolve uma série de desenvolvimento não só tecnológico, nós não temos ainda garantia alguma de que essa preocupação existe, se algum nível foi colocado ou se



alguém já manifestou essa preocupação, nem temos segurança de que isso será efetivamente assegurado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Vou abrir uma exceção para uma última pergunta, porque temos que dar a palavra ao Pedro Ivo. É uma última pergunta e será respondida em conjunto com a colocação da Moema. *(Pausa.)* Não há uma última pergunta.

Então, alguém gostaria de fazer algum comentário?

**O SR. ARON BELINKY** - Eu vou fazer um comentário rápido.

Nós passamos perto de várias dessas ponderações, mas, para ir bem ao ponto, acho que o foco desse tipo de preocupação tem que ser exatamente usarmos o fato de esses valores e essas prioridades estarem pautados para expor com veemência, aproveitando a presença de muitas pessoas, o microfone e a imagem que teremos na Rio+20.

Esse tipo de atitude incongruente e cínica de vários autores, sejam empresas, sejam outros autores em várias áreas, é fundamental. Do ponto de vista mais concreto, mais objetivo, acho que o que está na pauta da Rio+20, além do balanço do que foi avançado, é uma possível decisão para que se crie uma convenção internacional sobre o princípio da precaução. Esse princípio é um dos pontos, de 1992, que não foi desenvolvido e gera enormes polêmicas porque exatamente segue o foco das medidas responsáveis e da responsabilização de quem age sem a devida segurança.

Talvez o alvo primordial dele seja nanotecnologia, geoengenharia e questões de biotecnologia, questões que seguem essa linha, hoje, das tecnologias de ponta, de grande impacto, mas obviamente ele também se aplica a tecnologias anteriores.

Acho que, no rastro disso, está a discussão sobre o modelo, ou seja, a questão do pré-sal. O Brasil está apostando em extrair o petróleo do pré-sal dentro de um certo plano que pressupõe uma economia antiga. Então, se vamos dar novo significado a essa economia, isso pode implicar, e deve implicar, rever o uso. Quer dizer, não que se vá eventualmente deixar de utilizar um recurso. Mas este deve ser utilizado de maneira sensata. Ou seja, certamente não vamos tirar o petróleo do pré-sal para queimar no tanque de ferraris. Se for para fazer alguma coisa que ajude





a construir o mundo de que precisamos, com a devida compensação, pode ser um caminho razoável, mas não para manter um (*ininteligível*).

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado.

Eu só gostaria de terminar essa parte, confessando um paradoxo que percebo na minha dupla condição: por um lado, um militante de causas ecológicas que muito frequentemente critica e briga com o Governo brasileiro e os agentes econômicos internos em relação a questões múltiplas envolvendo o meio ambiente; por outro lado, uma pessoa que vai a fóruns internacionais.

Nesses fóruns internacionais ficamos chocados com o fato de que, de repente, zanolhos... Há aquele ditado: “*Em terra de cego quem tem um olho é rei.*” Porque, talvez, por força das negociações do clima, por exemplo... É incrível, mas, fora a Europa, que faz parte do Anexo I do Protocolo de Kyoto, e o Japão, que tem a obrigatoriedade de reduzir as suas emissões, embora de forma suficiente... porque, na época de Kyoto, achava-se que aqueles 5% eram suficientes. Hoje, cientistas provaram que é altamente insuficiente. Mas a Europa tem essas obrigações. Quase todos os países têm cumprido. Fora esses países, existe um único país que está reduzindo as suas emissões de forma voluntária ao longo dos últimos tempos: o Brasil. Claro que, para nós, é mais fácil, pela circunstância a que eu me referi há pouco. Mas a realidade é essa.

Então, nós vivemos um pouco uma esquizofrenia. Estamos aqui brigando contra Deus e o mundo, achando que é tudo um desastre ecológico. Mas vamos a um fórum internacional e vemos outros representantes, aquele pessoal das ONGs de outros países dizendo: “*Ah, o Brasil! Que maravilha!*” Essa é uma situação realmente paradoxal.

Gostaria de passar a palavra ao nosso querido Deputado e ex-Governador Azeredo, que vai assumir a Presidência agora, para poder chamar o Pedro Ivo.

Agradeço a participação ao Ivan Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Azeredo) - Vamos ouvir agora o representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, Pedro Ivo Batista, que vai falar sobre o tema *Participação da sociedade civil rumo à Rio +20*.

Depois, então, vamos ter o intervalo para o almoço.



Primeiro teremos a participação do Sr. Pedro Ivo, que está com a palavra.

**O SR. PEDRO IVO BATISTA** - Bom dia a todos e a todas. Quero saudá-los pela iniciativa deste seminário. Quero saudar os Deputados Eduardo Azeredo e Alfredo Sirkis, saudando os dois saúdo todos os Parlamentares aqui presentes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Sou da Associação Alternativa Terrazul. Esses são meus dados e meus contatos.

A Associação Alternativa Terrazul é uma entidade da sociedade civil sediada em Fortaleza com representação em Brasília e no Rio de Janeiro. Ela atua em várias redes, entre elas a Rede Brasileira pela Integração dos Povos — REBRIP e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente.

Através da REBRIP, a Terrazul é uma das representantes, junto com a FASE, do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio + 20.

O comitê é facilitador e eu já fui facilitado pelas outras palestras que abordaram algumas coisas que eu queria dizer. Então, também pelo tempo, eu vou ser breve, até por que algumas coisas os senhores já ouviram. Vou tentar situar onde está, digamos assim, a nossa percepção como sociedade civil nesse processo.

Então, eu não vou mais me ater muito às estruturas, porque já foi discutido.

Em relação à participação da sociedade civil nós estamos entendendo que ela vai acontecer em dois momentos: na Cúpula dos Povos — nós estamos chamando Cúpula dos Povos o que o comitê está preparando, que é a conferência paralela da sociedade civil — e na conferência oficial da ONU, com as mil restrições existentes nessa conferência à participação da sociedade civil.

Por isso nós vamos ter um processo paralelo, amplo, aberto, para toda a sociedade que queira participar, desde os grupos organizados até os indivíduos. Vai haver um espaço paralelo à conferência, onde vamos também realizar um conjunto de atividades e que será aberto para as pessoas que estão em organizações da sociedade civil, como também para os indivíduos que queiram chegar lá e tentar conversar de alguma forma.

Vou explicar isso. As empresas terão seu próprio espaço por opção comum, as empresas terão o Fórum Global, que é coordenado e organizado no Brasil pelo



Instituto Ethos, e o Comitê da Sociedade Civil será um espaço onde vão estar os movimentos sociais e a sociedade civil.

Em algum momento nós vamos conversar, em algum momento nós vamos ter pontos em comum, mas nós preferimos — essa foi a decisão do comitê — ter uma cara própria, diferenciada das empresas e diferenciada do Governo. Os senhores vão entender por quê. Temos uma agenda que achamos que converge em determinados momentos com algumas empresas, converge em determinados momentos com o Governo, mas também diverge, em determinados momentos, com ambos. E eu vou tentar explicar por que isso.

Como é essa participação? O próprio Comitê Facilitador e outras organizações, por exemplo, como o senhor falou, os empresários que estão organizados no Fórum Global, o Parlamento, que já tem várias Comissões, também vão ter um espaço de discussão. É um espaço aberto. Sabemos que vêm caravanas e caravanas de todo o mundo, muitas pessoas que sequer estão organizadas nos processos oficiais da ONU e no processo articulado pelo Comitê Facilitador. Então, realmente, a Rio+20 tende a ser um espaço muito plural de incidência de organizações e de pessoas.

Também queremos atuar no processo oficial, seja no processo organizado pelo Governo, através da Comissão brasileira, como aqui foi bem destacado, seja nos espaços da ONU, através de nossas interlocuções com *major groups* e dos espaços que a ONU abre para a sociedade civil.

Não temos muita expectativa na Rio+20 — quero deixar isso claro para os senhores —, porque como ocorreu nas últimas conferências da ONU, como disse o Deputado Sirkis, há necessidade de acordo consensual e é muito difícil as agendas andarem. Então, digamos que a nossa expectativa como Comitê da Sociedade Civil é baixa no resultado da ONU em si e no próprio resultado organizado pelo Governo brasileiro — vamos já explicar por quê. Mas a nossa expectativa é alta no sentido de oportunidades de diálogos e mobilizações para a sustentabilidade, diálogo entre a própria sociedade, diálogo entre o movimento organizado e as pessoas e diálogo intersetorial: sociedade-empresa, sociedade-Parlamento, sociedade-mundo cultural etc.



Então, estamos apostando — eu já estou meio careca de saber que nesses congressos da ONU, nas conferências da ONU os resultados são bastante limitados — muito na sinergia da sociedade. Isso não significa dizer que vamos secundarizar o debate na ONU, não é isso, mas não vamos à conferência com alta expectativa.

Esse é o histórico, as datas. Estou ressaltando duas coisas: constituímos o Comitê da Sociedade Civil em novembro de 2010 e o Governo constituiu o processo dele em 7 de junho de 2011. Então, vim aqui também para dar umas pitadinhas no debate.

Há um claro problema. Qual é o problema? Esse processo da Rio+20 foi proposto pelo Presidente Lula ao Sistema ONU, tanto que a sede no Brasil tem a ver com esse protagonismo do Governo brasileiro. Ora, se isso foi feito lá atrás, por que o processo foi aberto somente agora?

Estamos participando do processo, lógico, já que é um processo de consulta, mas nós, do Comitê Facilitador, estamos preocupados com o processo. Agora o Governo brasileiro vai abrir um início de consulta. Esse início de consulta é para chegar a uma proposta do Brasil, até dezembro, para a ONU. Essa consulta começa agora, e se dará a partir de agosto e setembro, como foi anunciado na última reunião. Também estamos preocupados com isso. Como vai ser esse processo de consulta? Como é que se abre um processo de consulta ou pelo menos se anuncia um processo de consulta e não se diz os meios? Como é que a sociedade civil vai participar disso? Como é que os empresários vão participar disso? Como é que o Parlamento vai participar disso? Não está claro.

Nós, do Comitê da Sociedade Civil, não vamos aceitar a pasteurização da Rio+20. Não existimos para homologar as decisões do Governo. Nós queremos dialogar com o Governo, mas temos autonomia e queremos colocar a voz da sociedade civil e obviamente não só nós. Nós não somos representantes da sociedade civil. Na Rio+20 somos parte da sociedade civil. Ela vai-se representar de várias formas, mas nós estamos preocupados com esse processo.

Há um paradoxo. O Brasil, com as iniciativas que tem tomado em escala internacional e com a iniciativa de propor a conferência hoje chamada popularmente de Rio+20, tem, ao mesmo tempo, um processo dos mais retardatários. Vejam: a sociedade civil iniciou antes, a ONU iniciou antes e, se eu não me engano, o próprio



Parlamento iniciou antes. Se não me engano, foi constituída a primeira Comissão Parlamentar para discutir a Rio+20 antes da comissão que o Governo definiu. O decreto em que o Governo definiu essa comissão foi do dia 7 de junho.

Então, estamos preocupados com isso. Queria dizer isso a todos os senhores, principalmente à imprensa, para que acompanhem isso, para que esse processo seja o mais transparente e democrático possível.

Fiz esse levantamento dos históricos e do que foram as datas constitutivas mais importantes desse processo muito mais na intenção de mostrar o atraso em que estamos.

O que é esse comitê da sociedade civil, chamado Comitê Facilitador da Sociedade Civil? É um comitê aberto. Qualquer organização que entrar no *site*, como o Aron já destacou, e que concordar com a convocação da Cúpula dos Povos pode imediatamente ser integrada ao Comitê Facilitador. Então, nós temos desde pequenas organizações, sindicatos, ONGs, movimentos de mulheres, movimentos de juventude, movimentos sociais os mais diversos, a grandes redes.

Mas como eu disse antes, por opção, o comitê não tem representação empresarial. A representação empresarial é feita em outro espaço. Isso não significa que não dialoguemos com a representação empresarial, mas preferimos ter uma cara própria.

Esse comitê é coordenado pelo grupo de articulação que antes chamávamos de coordenação nacional. Na última reunião, chegamos à conclusão de que somos apenas um grupo de articulação, e devemos investir num processo totalmente horizontal. Não temos a pretensão de representar todo o povo brasileiro. Temos a pretensão de facilitar, de articular a presença da sociedade civil nesse processo.

Existem vários grupos de trabalho em discussão. Há um grupo de trabalho específico, o GT Rio, que vai cuidar dos eventos e de toda a logística. Há um grupo de trabalho de mobilização. Há um grupo de trabalho de discussão, que acompanha o evento oficial. Esses grupos de trabalho estão em construção. A própria participação no comitê é aberta.

Finalmente, existe o grupo de articulação, que é composto por estas entidades que eu citei — ABONG, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Jubileu Sul, Rede Brasil, Via Campesina, Movimento



Marcha Mundial das Mulheres, Associação de Mulheres do Brasil, CUT, Fórum Brasileiro de ONGs, Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo Fórum Nacional Mundial (GRAP), REBRIP, Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA); o CONEN e o CENARAB, que representam as populações negras; o Comitê Intertribal e o INBRAPI, que representam os indígenas. Outras redes estão entrando, como a Rede Mata Atlântica, a Rede Cerrado e outras organizações.

Esse grupo de articulação é aberto. Qualquer rede ou entidade nacional pode participar dele. Ele tem uma secretaria composta pela REBRIP, pelo GRAP e pela Via Campesina que tem sede no Rio de Janeiro. A secretaria é uma instância meramente operativa, funcional, e nós optamos por redes que têm representação no Rio, para facilitar essas negociações.

Quais são os desafios do comitê? Primeiro: garantir a participação plural e ampla da sociedade civil. Esse é o primeiro grande desafio, com o qual já estamos preocupados, porque se queremos interferir também no resultado da conferência da ONU, nós estamos preocupados com essa consulta que o Governo vai começar a fazer e não estão claros quais são os meios que nós teremos. Sabemos que é muito rápida. E os senhores sabem que a sociedade civil tem uma capilaridade de pequenas organizações, que estão lá no interior do Brasil trabalhando no semiárido, a grandes organizações. Não é fácil construir um processo que inclua todos nisso. Então, estamos muito preocupados com isso.

O nosso segundo grande desafio é realizar diálogos. Nós queremos realizar diálogos com a ONU, com os governos, com os empresários, com as mídias, com os atores internacionais. Um diálogo plural. Não significa dizer que teremos as mesmas posições, mas queremos um diálogo para convergir naquilo que for possível. Então, essa é uma segunda tarefa desse comitê.

A terceira e também difícil tarefa é influir na agenda da conferência e nos seus resultados. Quer dizer, nós queremos que, ao final, essa conferência não seja como a maioria das conferências da ONU, uma grande frustração ou letra morta em um papel, para que depois o que for realmente decidido nós possamos cumprir, possamos ajudar os nossos Governos a cumprir.



Quando eu disse aqui que queremos influir na agenda, é outra crítica que fazemos. Nós, do comitê facilitador, não queremos simplesmente nos submeter à agenda proposta pela ONU, que é Governança e Economia Verde; nem queremos uma conferência da ONU pasteurizada.

Vamos fazer a conferência. O Brasil tem um papel importante, sabemos disso. O Brasil é um dos poucos países que definiu metas. Ótimo! O Brasil tem a matriz energética mais limpa. Excelente! Sim, mas o Brasil está usando... A mão que afaga é a mesma que apedreja. Apesar de tudo isso o Brasil está fazendo Belo Monte. O Brasil está tentando desmontar a legislação ambiental através, principalmente, desses ataques ao Código Florestal.

Nós queremos que esse processo seja vivo, que não se discuta só abstração, que se discuta também os meios em que serão implementadas as decisões e como está o estado da arte do planeta. Afinal, é a Rio+20, nós passamos por várias conferências de desenvolvimento sustentável — várias.

A nossa preocupação na sociedade civil é como nós vamos fazer um processo mais aberto. Não necessariamente nós vamos nos deter a dois temas, embora nos dois temas principais nós vamos tentar incidir com força — está claro?

Queremos discutir, digamos assim, o que foi feito. O que foi feito com a Agenda 21? Por que o Governo brasileiro não está fazendo a Conferência Nacional do Meio Ambiente? Por que a Comissão de Política e Desenvolvimento Sustentável — e há um decreto presidencial estabelecendo que ela tem que discutir com o Conselho Nacional, o conselhão — não é alçada a essa discussão? Por que ela não está discutindo os orçamentos, como está definido no decreto? Por que muitos dos processos que são definidos são muito bem propagados em âmbito internacional mas a sua implementação é difícil?

O Brasil tem que fazer o seu dever de casa para continuar sendo protagonista e poder chegar na Rio+20, já que ele também sedia, com autoridade.

Nós, da sociedade civil, queremos ajudar nisso. A nossa posição é uma posição construtiva, mas é uma posição autônoma. É uma posição para tentar avançar na agenda. Nós queremos o debate vivo. É o que estamos dizendo aqui: para além da pauta da ONU.



A segunda questão importante para nós: queremos discutir economia verde, mas não queremos discutir economia verde só na perspectiva das grandes empresas transnacionais ou das grandes corporações. Ora, existe um passivo aí. É muito importante que haja uma virada dos organismos internacionais que tratam da economia para uma nova economia. O que nós chamamos de economia marrom já mostrou o que representa em termos de destruição. Mas os mesmos que destruíram vão agora apenas usufruir de uma decisão da ONU e de um novo arcabouço do mundo financeiro internacional sem resolver o passivo? Essa é a primeira questão.

Então, esse debate não é só sobre recurso público, esse debate também é sobre como a iniciativa privada entra nesse processo se convertendo, que é uma coisa muito boa, mas também discutindo o que ela fez até hoje.

Segundo: economia verde não é só para o grande. Nós tememos que esse debate seja simplesmente para guinar o sistema financeiro mundial para as grandes corporações. E a economia da floresta? E as comunidades que já fazem economia verde? E a economia solidária? E as empresas nacionais que se preocupam em adotar uma política sustentável para as suas iniciativas? Então, é muito mais amplo.

Nós partimos do pressuposto de que já existem muitas iniciativas. Se alguém pegar as iniciativas dos seringueiros, dos quilombolas, da economia social, como chamamos, ou economia solidária, como é que isso entra? Não está claro. Qual é o peso que essas pessoas vão ter? Qual é o peso para apoiar essas iniciativas também? E quais são as parcerias possíveis de serem feitas?

Então, no nosso ponto de vista, a economia verde tem que ser organizada no sentido da sustentabilidade com justiça socioambiental. Nem vale uma economia verde simplesmente ambiental *stricto sensu*, mas também não vale simplesmente combater a pobreza e destruir as florestas, destruir a natureza.

Nós queremos um processo que combine, que melhore a qualidade de vida das pessoas, que trabalhe com a justiça social e com a justiça ambiental e, ao mesmo tempo, proteja a natureza.

O que nós podemos ter desses acordos internacionais para que possam realizar isso?

A segunda agenda da ONU, também importante, é a governança. Nós queremos fazer esse debate. Nós queremos também que essa governança para o





desenvolvimento sustentável seja fortalecida, mas nós queremos que ela seja fortalecida em escala mundial, em escala regional, em escala nacional, em escala local e com participação da sociedade, porque nós já conhecemos o sistema financeiro internacional. Nós sabemos quais foram as metas, como é que ele ajudou no processo desta crise ambiental que vivemos hoje.

Então, nós queremos a participação da sociedade civil. É possível conquistar isso? Não sei. É difícil, é difícil! Mas o que vale na luta é quando ela é boa, quando ela é justa, se vamos conquistar ou não é todo um processo que vamos ter de capacidade, de fazer parceiras e de fazer alianças.

Pretendemos dialogar com o setor empresarial mais moderno, que está preocupado realmente em preservar o meio ambiente. Vamos dialogar com o setor parlamentar mais preocupado com os interesses coletivos, não com interesses corporativos, como é hoje a bancada ruralista. Vamos dialogar também com o Governo, porque nós sabemos que no Governo há contradições, há aqueles segmentos que buscam realmente pensar um novo tipo de desenvolvimento e há outros que não.

Levamos em consideração que a sociedade é complexa, é contraditória. Na própria sociedade civil também há divergências.

Este debate sobre desenvolvimento sustentável, como a colega destacou aqui, é questionado por parte da sociedade civil. Eu, particularmente, acho que nós devemos disputar o conteúdo e não a nomenclatura, o conteúdo da economia verde, porque senão vamos ser a favor do quê? Da economia marrom?

Qual é o conteúdo da economia verde? Ele aglutina ou não os pequenos? Ele é realmente para fazer o bem estar social e para avançar na sustentabilidade ou é mais uma forma de mascarar a exploração e a destruição da natureza? É um debate de conteúdo.

O desenvolvimento sustentável, para nós, é para alterar o modelo de produção e consumo que está aí, mesmo que seja de forma transitória? Nós não devemos ter a ilusão de que vai mudar tudo abruptamente. Mas qual é a transição possível para o modelo sustentável? Como é que fica esta questão da mudança climática que o Deputado citou? Como é que fica, portanto, um conjunto de atitudes,



de políticas econômicas e políticas sociais que combine um processo para essa sustentabilidade?

É lógico que estamos preocupados com o pré-sal! É lógico que estamos preocupados! Aliás, a Rio+20 vai-se realizar num Estado que vai ter uma grande incidência do pré-sal e em que já existem grandes impactos ambientais.

Pretendemos enfrentar esses desafios, de forma que o Comitê da Sociedade Civil quer trabalhar em diálogo com todos os segmentos, mas vai trabalhar de forma autônoma e de forma a tentar pôr a agenda da sociedade civil, com os seus diversos olhares, da forma mais plural e mais inclusiva possível nesse debate. Esse é um desafio.

E assim vamos ter alguns processos importantíssimos. A juventude, por exemplo, está pensando em fazer um grande processo mundial, um grande jogo global utilizando as mídias e as novas ferramentas da Internet. Os movimentos sindicais estão discutindo empregos verdes. Os movimentos de mulheres estão discutindo o clima e a forma como ele afeta as populações de mulheres vulneráveis em vários países. Portanto, é um processo multifacetário.

Qual é também a preocupação que temos? Uma das preocupações que temos é que não se transforme num grande evento *pop* global.

Essa diversidade, que é importante, não pode ser um momento em que vamos estar lá celebrando as boas causas, questionando os problemas, e não haver resultados, não haver ações.

Vamos procurar, na medida do possível, convergir para pautas comuns, tanto da sociedade civil quanto do Governo, dos Parlamentos e das empresas para tentar incidir no resultado final desse processo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Quero agradecer e dizer que fui facilitado, porque muitas das questões em que eu poderia adentrar em termos de conteúdo e de estrutura foram objeto das falas anteriores, tanto do Tony quanto do Aron.

Estou à disposição, entendendo que estamos quase no horário de almoço. Mas estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado, Pedro Ivo.

Eu perguntaria à nossa assistência se existe mais alguma pergunta. (*Pausa.*)



Não havendo, a reunião está suspensa até as 14h30min.

Muito obrigado.

*(A reunião é suspensa.)*